

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Marilise Moscardini dos Passos

O processo de patrimonialização da Matriz Nossa Senhora da Conceição - Viamão, RS

Porto Alegre

2018

Marilise Moscardini dos Passos

O processo de patrimonialização da Matriz Nossa Senhora da Conceição - Viamão, RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Moehlecke Copé

Porto Alegre

2018

Agradecimentos

Pela realização deste trabalho gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora, professora Sílvia Copé, por novamente ter aceito o convite de me guiar em mais um trabalho de conclusão. Muito obrigada pela paciência, pela atenção e incentivo. Agradeço também aos professores Alessandro Kerber e Carla Brandalise por terem aceito o convite para participarem da banca de avaliação.

Agradeço a minha família pelo apoio sempre incondicional. Aos meus pais Marino e Doralina e minha sobrinha Antoniella, pela compreensão nos momentos em que precisava me isolar e imergir nas leituras para poder realizar o trabalho. A minha irmã Mariângela pelo auxílio na revisão textual e por ouvir minhas dúvidas de última hora. A minha prima Lena por me transmitir a calma necessária quando batia o cansaço e o stress.

À amiga Bárbara Lopes, minha companheira desta jornada, quando decidimos juntas no final de julho fazermos os nossos 'TCCs' e concluirmos nosso bacharelado. Muitas dúvidas, muitas angústias e também muitos incentivos trocamos ao longo desses meses.

Ao amigo Maurício Machado Minuzzo, pela ajuda que me concedeu no capítulo 1 com as bibliografias sobre a História do Rio Grande do Sul, tendo em vista sua experiência ao trabalhar com o tema durante sua graduação.

Às colegas da Escola Estadual Walter Jobim, Camila, Iolanda e Cristiane, por acompanharem minha jornada na realização deste trabalho, por ouvirem a exposição das minhas ideias e pelas brincadeiras que ajudaram a passar a tensão e deixar tudo mais leve.

E, por fim, gostaria de fazer um agradecimento geral e simbólico à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de frequentar essa universidade pública, gratuita e de qualidade. Ingressei no curso de História em 2006 e muitas coisas pude realizar nestes anos, como frequentar os laboratórios de arqueologia, as bolsas de iniciação científica, as viagens para participação em congressos. Muitas pessoas conheci no decorrer da minha primeira graduação, quando praticamente vivia dentro do Campus do Vale. Algumas dessas pessoas se tornaram amigas para além da vida universitária, como Leonardo Guarnieri, a Tatiana Trindade, Denise Xavier e a Roberta Pôrto, além da Bárbara e Maurício já mencionados. Para muitos a universidade é apenas um meio para alcançar um objetivo profissional, mas para mim, conseguir ingressar na UFRGS teve um significado muito particular e especial.

Gratidão a tudo e todos!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma pesquisa sobre o processo de tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, situada no município de Viamão, Rio Grande do Sul. A Igreja foi tombada em 20 de julho de 1938, logo no primeiro ano de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, que fora criado em 1937, sob o Ministério da Educação e Saúde, durante o início da gestão do Estado Novo. Com esta pesquisa procuro averiguar quais foram os critérios que serviram como justificativa para o processo de patrimonialização da Matriz, onde procuro saber qual a importância da mesma para que fosse considerada um bem a nível nacional. Para este intento, analiso os documentos referentes ao processo do tombo, além de revisar a bibliografia sobre os primeiros anos de trabalho do SPHAN, buscando perceber quais as características que norteavam os processos de tombamento nos primeiros anos de trabalho da secretaria.

Palavras-chave: Campos de Viamão; processo de patrimonialização; SPHAN.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS "CAMPOS DE VIAMÃO", A CONSTITUIÇÃO DA PARÓQUIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS ALI ESTABELECIDAS..	8
1.1 - Os "Campos de Viamão" e a formação da freguesia.....	8
1.2 - As sociabilidades no entorno da Matriz e as Irmandades.....	19
CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SUA ARQUITETURA.....	26
CAPÍTULO 3: APONTAMENTOS DAS FONTES, AS CONCEPÇÕES DO SPHAN E O PROTAGONISMO DA ARQUITETURA BARROCA NOS PROCESSOS PATRIMONIAIS	35
3.1 - O apontamento das fontes: as informações do processo de tombamento.....	35
3.2 - A constituição do SPHAN e as ações patrimoniais.....	39
3.3 - O protagonismo do barroco e a participação de Augusto Meyer na preservação patrimonial.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, situada no município de Viamão (RS), é considerada um símbolo da identidade local, tendo em vista a importância que sua imagem representa para a referida cidade. Sejam em sites informais sobre Viamão, ou demais publicações, as fotos do templo estão sempre presentes, fazendo de sua imagem o principal elemento representativo da cidade. Seu valor para o município é tanto, que a data de criação da primeira capela construída no local (que antecedeu o atual prédio) foi considerada como o nascimento oficial de Viamão, no dia 14 de setembro de 1741. Esta data foi estabelecida como o aniversário da cidade.

A Igreja ocupa uma posição de destaque no centro da cidade, onde nas principais ruas de acesso ao núcleo central já se pode avistar suas torres. Uma parte da população a tem como referência justamente por sua estrutura imponente na praça central do bairro, onde ocupa toda a quadra. Nessa relação com o cotidiano da cidade, a Igreja coleciona algumas curiosidades em seu entorno. Pela sua aparência de fortificação (por causa das espessuras das paredes) teria servido de abrigo para as tropas rebeldes durante a Guerra dos Farrapos. Além disso, existe também a "lenda" dos túneis subterrâneos, cuja entrada se daria pelo seu assoalho e a extensão levaria até pontos mais afastados da área central do bairro, o que possibilitaria rotas de fugas nos tempos da guerra. A Igreja está localizada na Praça Cônego Bernardo Machado dos Santos, nº 53- centro de Viamão.

Sua importância simbólica extrapolou os limites municipais, sendo considerada um patrimônio não somente do estado do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil a partir do ato de seu tombamento, em 20 de julho de 1938, juntamente às Igrejas de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário, de Porto Alegre. Este processo foi efetuado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, secretaria criada no ano de 1937, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e que estava subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, sob a direção de Gustavo Capanema. Hoje o SPHAN corresponde ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conhecido pela sigla IPHAN.

Os processos de tombamento foram alicerçados no Decreto-lei nº 25, expedido em 30 de novembro de 1937, estabelecido para legitimar as ações do SPHAN no intuito de preservar os bens imóveis com valor histórico e artístico de interesse nacional. Entre as determinações do decreto, consta o estabelecimento de quatro Livros Tombos, de acordo com o tipo de bem a ser inventariado, sendo eles o Histórico; o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o das

Belas Artes; e das Artes Aplicadas. O processo de tombamento da Matriz fez parte das primeiras ações da recém-criada secretaria, na qual uma série de imóveis foi estabelecida como de grande valor patrimonial para o país e, portanto, deveriam ser protegidos por lei.

Com base no exposto, tenho por objetivo neste trabalho fazer uma primeira pesquisa sobre como se deu o processo de patrimonialização da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Procuo entender quais foram os critérios alegados pelo SPHAN à época para justificar a ação de tombamento da Matriz, tornando-a um bem patrimonial carregada de valor cultural. Esta ação foi uma iniciativa da comunidade local, de algum órgão do estado ou foi uma atitude pontual dos técnicos a serviço da secretaria nacional? Busco, desse modo, compreender qual a importância dessa Igreja para justificar seu tombamento em nível nacional, logo no primeiro ano de trabalho da nova secretaria, procurando ainda perceber quais características chamaram a atenção dos técnicos do SPHAN na constituição de seu processo de tombamento. É muito comum a Matriz de Viamão ser lembrada pelo seu caráter histórico e pela sua antiguidade. Entretanto, a sua inscrição se deu no Livro Tombo das Belas Artes...

No intento de elucidar esta questão, serão utilizados como fonte de pesquisa os documentos referentes ao Processo Nº 96 - o qual traz informações sobre o tombamento da Matriz Nossa Senhora da Conceição, assim como os das Igrejas Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário, os quais se encontram sob a guarda do IPHAN. Como a documentação original se encontra guardada no Arquivo Noronha Santos¹, na cidade do Rio de Janeiro, tive acesso a cópias xerografadas que se encontram no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul². Na análise desta documentação procurou-se, tanto quanto foi possível, fazer um levantamento preliminar dos critérios utilizados para o tombamento da igreja, buscando verificar aspectos descritivos, motivações e justificativas para o processo.

O conjunto de documentos selecionados para a realização deste trabalho faz parte do Processo de Tombamento Nº 96, sendo composto por:

- Relatório Nº 4 - um inventário prévio de bens arquitetônicos, requerido pela direção do SPHAN junto à representação regional da secretaria no Rio Grande do Sul no ano de 1937;

¹ Arquivo pertencente ao IPHAN, o qual se destina a guardar e preservar os documentos de caráter permanente produzidos pelo Instituto.

² A sede regional do Instituto está situada na Avenida Independência, nº 867, Bairro Centro – Porto Alegre.

- O processo de inscrição de tombamento da Matriz Nossa Senhora da Conceição junto ao SPHAN;
- Um conjunto de correspondências trocadas entre o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e o então Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, referente à ação patrimonial promovida pela secretaria;
- Certidão oficial de tombamento expedida pelo SPHAN, no ano de 1985.

Busquei apoio também na bibliografia sobre os primeiros anos de trabalho do SPHAN, principalmente nas pesquisas da historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva (2003 e 2009), as quais abordam o processo de criação da Secretaria, com o intuito de entender as motivações que moviam os processos patrimoniais do período.

Antes de investigar o processo de tombamento procurei situar o contexto de Viamão na época em que a matriz foi construída, assim como as relações sociais que permearam esse período e os detalhes de sua arquitetura. Para esta revisão histórica vou usar principalmente os trabalhos do historiador Fábio Kühn (2007, 2008, 2010 e 2014), assim como os artigos reunidos no Projeto Raízes de Viamão, livro compilado pela historiadora Vera Barroso e publicado no ano de 2008.

Desse modo, o trabalho será estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo farei a revisão histórica sobre a formação do povoado, a constituição da paróquia e as sociabilidades que ocorriam no entorno da Matriz através das Irmandades religiosas; no segundo capítulo trato sobre o histórico de construção da Igreja e a descrição de sua arquitetura, no qual inseri algumas fotografias da Matriz³; já no terceiro capítulo faço a análise dos documentos acima referidos, além de revisar o surgimento do SPHAN e as políticas patrimoniais, onde busco compreender como se deu o processo de tombamento da Igreja. E, por fim, nas considerações finais, com base na leitura das fontes e da bibliografia, teço algumas hipóteses sobre os motivos que levaram ao processo de patrimonialização da Matriz que a tornou parte do conjunto de bens culturais preservados no nosso país.

³ As fotografias inseridas no corpo do capítulo 2 foram retiradas de dois sites. Todas as fotos antigas são do Acervo Digital do IPHAN e não possuem data. Disponível em <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=nossa+senhora+da+concei%C3%A7%C3%A3o+viam%C3%A3o> Acesso em 21 de novembro de 2018.

As duas fotos atuais são do site da Prefeitura Municipal de Viamão. Disponível em: <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/noticias/0/9/2802/ATRATIVOS> Acesso em 21 de novembro de 2018.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS "CAMPOS DE VIAMÃO", A CONSTITUIÇÃO DA PARÓQUIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS ALI ESTABELECIDAS

1.1 - Os "Campos de Viamão" e a formação da freguesia

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição fora construída na segunda metade do século XVIII, sendo que a primeira capela data, como já dito na introdução, do ano de 1741. Ela está inserida no contexto da colonização portuguesa no sul do Brasil, a qual se constitui em uma herança daquele período e da gente que por ali viveu e desenvolveu a região. Antes de tratar do processo de tombamento da Igreja, procuro neste capítulo formar um panorama do período em que a Matriz foi construída, o processo social que conformou toda a região dos Campos de Viamão, sendo ela um dos maiores vestígios desse período histórico.

A atual área do município de Viamão está dentro dos limites da região antes conhecida como “Campos de Viamão”, que abrangia toda a região nordeste do Rio Grande do Sul, desde a costa litorânea até as encostas do planalto meridional ao norte, culminando com a Lagoa dos Patos ao sul. Após os primeiros tempos de colonização, a região aos poucos foi sendo desmembrada em diferentes municípios, como Santo Antônio da Patrulha, Gravataí, Porto Alegre, e mais recentemente no século XX, Cachoeirinha e Alvorada.

Antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus, a região de Viamão fora ocupada por diferentes povos indígenas em um longo histórico de migrações, inseridos em um contexto geral por todo o estado do Rio Grande do Sul. Segundo as pesquisas na área da arqueologia, os vestígios mais evidentes para a região são de povos da tradição Guarani, com registros até 600 anos antes do presente (Passos, 2011). Quando os primeiros colonizadores europeus começaram a circular pela região de nosso atual estado, este foi um dos panoramas encontrados. Segundo Kühn (2007, p.9), a maioria das populações indígenas da região de Rio Grande do Sul e Uruguai (a chamada Banda Oriental) foi dizimada nos anos de contato com os colonizadores, sendo que até o século XIX a maior parte de seus territórios foi conquistada. Apesar disso, neste período também foram efetuadas experiências de catequização por parte dos padres jesuítas e houve o convívio dos europeus com os nativos, resultando inclusive em mestiçagens entre os povos.

O estabelecimento do Tratado de Tordesilhas, no ano de 1494, pelas Coroas Portuguesa e Espanhola delimitava que a porção correspondente ao atual Rio Grande do Sul

pertenceria aos espanhóis, tendo em vista que a linha limite perpassaria a cidade litorânea de Laguna, em Santa Catarina. As expedições para exploração territorial por parte dos lusitanos só começaria a se consolidar no século XVII, levando em consideração os aspectos históricos da colonização portuguesa no Brasil. Porém, tanto os colonizadores espanhóis quanto portugueses dificilmente respeitavam e cumpriam as delimitações do Tratado, resultando em inúmeros avanços por parte dos lusitanos, que inclusive foram os responsáveis pela destruição das primeiras missões jesuíticas nas margens do Rio Uruguai. Portanto, frequentemente colonizadores de ambas as partes invadiam a porção de um lado e outro. Neste sentido, Kühn (2007, p.24), chama a atenção de que a noção de fronteira no período colonial era relativa, visto que as rivalidades entre os povos de origem ibérica, como tratadas na historiografia tradicional, nem sempre eram reproduzidas na região. Não havia de fato uma demarcação de territórios e nacionalidades de forma tão definida para o período inicial da colonização. Nos primeiros registros populacionais da paróquia na freguesia⁴ de Viamão denotava presença de hispânicos para aquele período, assim como também havia a presença de luso-brasileiros em regiões de domínio espanhol. Desse modo, o autor ressalta que

"A noção de nacionalidade no contexto colonial setecentista não se colocava para os homens e mulheres que vivenciaram os conflitos e tréguas entre Portugal e Espanha na região platina. Assim, sem desconsiderar a importância do povoamento e da ocupação luso-brasileira da região sulina do Brasil, queremos chamar a atenção para os variados influxos demográficos de um território fronteiriço" (KÜHN, 2007, p.24).

Porém apesar de a população não vivenciar essa rivalidade tão claramente, os governos de ambos reinos ibéricos mantinham o interesse na região. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a porção correspondente ao Rio Grande do Sul e adjacências foi motivo de intensas disputas territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola, pautados a partir da fundação da Colônia de Sacramento por Portugal, em 1680, e do restabelecimento das missões jesuíticas pelos espanhóis, em 1682. Com o domínio espanhol sobre o reino de Portugal (entre o período de 1580 a 1640), foi registrado um grande aumento de portugueses nos territórios espanhóis, como a cidade de Buenos Aires. Neste período também houve o crescimento das Missões Jesuíticas, registrando um aumento populacional, refletindo um incremento das atividades agrícolas e pastoris na região, com a intensificação da criação de gado para abastecimento das aldeias.

⁴ Território sob a jurisdição religiosa de uma paróquia matriz.

Porém, após o fim da União Ibérica, as animosidades entre os colonos voltaram a se acirrar. Mesmo com o Tratado de Utrecht (1715), que garantia a posse da Colônia de Sacramento para os lusitanos, não impediu as tentativas dos hispanos de expulsarem os colonos da região ou pelo menos delimitar os avanços territoriais, incluindo nesse intento a fundação da cidade de Montevidéu, no ano de 1726, na Banda Oriental.

Anteriormente a esse período, colonos oriundos de São Paulo, na iniciativa de assentar território na porção mais ao sul das terras coloniais portuguesas, em acordo com o projeto expansionista empreendido pelo movimento dos Bandeirantes, fundaram a Vila de Laguna em finais do século XVII, tendo como um dos protagonistas o paulista Domingos Brito Peixoto e seus filhos. Após um início dificultoso, o crescimento da vila foi maiormente demarcado nas primeiras décadas dos anos 1700, estabelecendo a presença da colonização de origem portuguesa nessa porção do território sulino. Nesse período, a vila passou a ficar sob a guarda de Francisco de Brito Peixoto, um dos filhos de Domingos, que se tornou o capitão-mor (Kühn, 2014). Com o intuito de demarcar o território e estabelecer uma conexão entre a Vila de Laguna e a Colônia de Sacramento, foram incentivadas incursões exploratórias por parte do governo português.

Importante ressaltar que toda essa movimentação de fixação territorial, primeiramente esteve ligada ao movimento dos tropeiros, um marco na história da povoação das terras do sul do Brasil. Segundo Barroso (2008), o tropeirismo pode ser considerado no contexto da descoberta das minas de prata em Potosí, região onde hoje corresponde a atual Bolívia, e de onde inúmeros caminhos e estradas foram estabelecidos até a Argentina e Uruguai para escoar as mercadorias pelo Rio da Prata. Utilizando-se de cavalos e mulas (também chamados de muares) os tropeiros estabeleceram toda uma dinâmica comercial pelas regiões onde passavam. Entre os colonizadores lusitanos, a adoção dessa atividade fora mais intensificada a partir do aumento populacional nas cidades de Minas Gerais, pois era necessário suprir as necessidades dessas regiões no período do Ciclo do Ouro com o comércio de produtos diversos. Desse modo, uma grande integração ocorria entre mercadores da Argentina e Uruguai, com as regiões de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aquecendo seu comércio e estabelecendo aos poucos povoações pelos lugares onde as rotas passavam. Uma grande parte das mercadorias e inclusive dos animais transportados eram oferecidos na Feira de Sorocaba, em São Paulo, demarcando assim toda a dinâmica comercial integrando o sudeste ao sul, no qual ainda estabelecia uma ligação com a Colônia de Sacramento, passando por Rio Grande.

Nos caminhos estabelecidos, muitos eram aproveitados de antigas estradas utilizadas por populações indígenas. Foram utilizados tanto caminhos pelo litoral, quanto pela serra de Santa Catarina e Paraná. Como forma de controlar o transporte das mercadorias, foram estabelecidos espécies de pedágios em pontos diversos da rota dos tropeiros, denominados de *registros*. Nos Campos de Viamão, fora estabelecido o registro da Guarda Velha, às margens do Rio dos Sinos e do Arroio da Guarda, pertencendo hoje ao município de Santo Antônio da Patrulha, por volta do ano de 1734. Nesse mesmo ano fora aberto também o Caminho do Sertão, por Cristóvão Pereira de Abreu, tendo em vista que o litoral gaúcho apresentava barreiras naturais como a barra do rio Tramandaí, por exemplo, que dificultava a passagem das tropas. Assim, o Caminho do Sertão partia dos Campos de Viamão rumo a Serra, seguindo o curso do rio Rolante (afluente do rio dos Sinos), subindo pelas atuais cidades de São Francisco de Paula e Bom Jesus, passando pelo rio Pelotas e no registro de Santa Vitória. Seu destino, após atravessar os Campos de Lages (SC) e os Campos de Curitiba (PR), findava em Sorocaba. A nova rota estabelecida, juntamente com os registros de fiscalização, colaborou para o estabelecimento do domínio português por toda a região nordeste do Rio Grande do Sul. Segundo Barroso,

"este Caminho do Sertão, também chamado de Cristóvão Pereira de Abreu, ou de Viamão, interiorizou a penetração portuguesa de ocupação. A obrigatoriedade do pagamento dos direitos da Coroa no Registro da Guarda Velha, em Santo Antônio da Patrulha, fez povoar os Campos de Viamão e os de Cima da Serra. Portanto, o comércio muar através dessa rota "de dentro" agilizou a integração territorial do Rio Grande do Sul ao domínio colonial luso em processo de ocidentalização do espaço em conquista" (BARROSO, 2008, p. 170-171).

Na primeira metade do século XVIII, além do transporte de mercadorias empreendidos pelos tropeiros, grupos luso-brasileiros também penetraram a região dos Campos de Viamão para buscar e apreender o gado selvagem e, assim, estabelecer os primeiros assentamentos de forma permanente neste lugar.

No ano de 1737, houve a fundação do forte militar Jesus Maria José em Rio Grande, se constituindo também em um presídio. Conforme Maria Cláudia Machado Barros (2008), a partir do estabelecimento da força militar na região, aos poucos vai surgindo um aldeamento no entorno da fortaleza, dando início à primeira povoação oficial por parte de Portugal nas terras do Continente.

Neste ínterim, são incentivadas cada vez mais expedições com vista a conhecer e explorar os Campos de Viamão. Francisco de Brito Peixoto nomeia, então, seu genro João de Magalhães para esse encargo. Entre 1714 e 1718 são realizadas algumas incursões pelo litoral e demais regiões observando o panorama das localidades e os recursos naturais disponíveis.

Segundo Barros, o desenvolvimento das regiões mais afastadas do centro colonial brasileiro respondia a um projeto de expansão mercantilista empreendido pelas metrópoles. De acordo com a autora, o desenvolvimento dos Campos de Viamão é "fruto desse contexto: religiosidade, latifúndio, criação de gado, produção de charque e organização administrativa voltada para os interesses do governo central" (BARROS, 2008, p. 146).

Esse fato acabou propiciando um paulatino povoamento no território dos Campos de Viamão com o processo de concessões de terras para as famílias que ali vinham a se estabelecer, as sesmarias. Porém, é importante ressaltar que essas concessões não faziam parte de um processo de sistematização e colonização com apropriação de terras, mas sim uma distribuição controlada para um número restrito de pessoas, previamente escolhidas. Esse fato acaba dificultando a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico próprio (Idem, p. 146).

O critério de distribuição de terras e sesmarias estava inicialmente limitado aos parentes e pessoas melhor relacionadas com o capitão-mor de Laguna, Brito Peixoto. Assim, entre os primeiros agraciados com as concessões estão o próprio genro João de Magalhães, que ganhou terras na porção denominada de *Campos de Tramandaí*; assim também Jerônimo de Ornelas, Sebastião Francisco Peixoto, Gonçalves Ribeiro, Agostinho Guterres, Pinto Bandeira, entre outros. Esse processo foi intensificado a partir do ano de 1733 com o pedido de concessões efetuado na Câmara de Laguna. Nestes primeiros tempos de povoamento, as famílias de sesmeiros mantiveram uma intensa ligação com Laguna, com um fluxo de viagens constantes para a localidade. Inclusive os rituais de batismos e casamento eram realizados na paróquia lagunense. É demonstrado, desse modo, que a povoação dos Campos de Viamão teve forte influência de Laguna nas primeiras décadas de sua ocupação (Kühn, 2008). Nestes tempos surgem as primeiras estâncias em localidades delimitadas por essa distribuição de terras, que iriam se dedicar principalmente à criação e comercialização do gado, além da agricultura. Nessa composição, há também o registro da presença de algumas famílias remanescentes da Colônia de Sacramento ainda na década de 1730, que imigravam diante dos constantes conflitos com os colonos hispânicos.

No ano de 1741, o sesmeiro Francisco Carvalho da Cunha decide doar parte de sua estância como terreno para a construção de uma capela dedicada à santa de sua devoção, Nossa Senhora da Conceição. A partir desse momento, aos poucos o povoamento começa a trilhar um caminho de maior independência em relação à Laguna. Entre os anos de 1746 e 1751 é registrado um grande crescimento populacional na região, sendo que no ano de 1747 a região passa a ser denominada como freguesia. Segundo Fábio Kühn (2008), os motivos para

este aumento no número de moradores pode estar relacionado ao esvaziamento econômico de Laguna, provocando a migração de famílias, "além da própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do sudeste brasileiro" (Idem, p. 85). A partir da promoção da capela Nossa Senhora da Conceição em uma paróquia, em 1747, a igreja passa a ter seu próprio livro de registros, onde são anotados os casamentos, batizados e óbitos. Assim, começa-se a ter um maior controle das atividades e fluxos populacionais, tendo em vista o poder político e administrativo que esses registros centralizam.

As pesquisas demográficas para o período anterior a 1747 denotam poucas informações, pois uma boa parte das fontes primárias acabou não sendo preservada. Segundo as pesquisas de Kühn (2008), coletadas a partir dos registros paroquiais e nos róis de confessados, pode-se ter uma ideia da composição da sociedade na nascente freguesia. O estancieiro mais rico nos primeiros tempos de povoação fora o alferes Manuel da Silva Reis, cujo patrimônio era composto por oito escravos e 409 cabeças de gado, além da soma de 1:410\$280 réis; na sequência estava o capitão Francisco Xavier, com 292 cabeças de gado e também oito cativos, acrescentado do valor de 1:113\$180 réis (Ibid, p. 85). O autor ressalta que estes valores, não representavam nada de especial, se comparado com o patrimônio de donatários de terras de outras regiões. No que tange à quantidade de escravizados e rebanhos de gado, "os números caracterizam antes medianos fazendeiros do que propriamente os potentados locais. Conforme o rol de confessados⁵ de Viamão do ano de 1751, os maiores proprietários tinham no máximo, 20 escravos" (Ibid, p. 86). Sobre a quantidade de rebanhos, eram considerados grandes criadores quem possuía a partir de dois mil animais. Portanto, podemos entender que mesmo os maiores estancieiros do período para a região de Viamão ainda ficavam aquém do patrimônio necessário para serem avaliados como membros de uma grande elite.

Com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, que estabelecia a posse das Missões Jesuíticas para a Coroa portuguesa, uma nova configuração demográfica será registrada nos Campos de Viamão. Uma das proposições da administração portuguesa era a de povoar a região missioneira com famílias das Ilhas dos Açores de Portugal. No período que segue à assinatura do tratado, houve o desembarque de um contingente açoriano no Continente para atender a tal propósito. Porém, com a demora do governo em conceder as possessões de terras para os açorianos, a maior parte dessas famílias viria a se estabelecer na vila de Rio Grande e também em Viamão, fato que pode ser verificado nos autos de batismo da paróquia

⁵ O rol de confessados eram livros de registros feitos pelas paróquias com listas nominais elaboradas durante a quaresma para constatar quantos e quais fiéis se confessavam durante o período.

viamonense. Segundo os registros para o período entre 1747 e 1763, foi realizado um total de 414 batismos. Nos dados coletados a partir dos róis de confessados e nos recenseamentos paroquiais, em 1751 há o registro de 132 fogos⁶, com cerca de oitocentos fregueses; já no levantamento de 1756, contam 187 fogos, para 1116 fregueses, demonstrando um crescimento no contingente populacional, a partir da chegada dos imigrantes dos Açores.⁷

Também está registrada a presença de cativos indígenas, cerca de 3% da população, a maior parte oriunda da região missioneira, em decorrência da Guerra Guaranítica. Os guaranis foram estabelecidos no aldeamento às margens do rio Gravataí, chamada Aldeia dos Anjos. Outro dado interessante para o período era a grande presença de cativos de origem africana, representando 42% da população, visto que se tratava de uma povoação recente e com sua economia "voltada ao mercado interno" (Idem, p.89). Porém, como o autor ressalta, em comparação com outras regiões pecuaristas da época, como o Piauí, por exemplo, o uso da mão de obra africana encontra semelhanças em números populacionais. De um modo geral, esses dados nos fornecem um panorama da diversidade populacional do período, entre colonos de origem portuguesa, hispânica, açoriana, juntamente aos povos de origem africana e indígena.

No que tange à divisão territorial, a paróquia de Viamão fora dividida em dez distritos, em localidades espalhadas pela região. As localidades, maiormente povoadas eram o Arraial (o entorno de onde se localizava a paróquia), o Morro Santana (propriedade de Jerônimo de Ornelas) e o registro da Guarda Velha, onde estava concentrado o maior número de fregueses. No Arraial, apesar de abrigar o 'núcleo urbano' do povoamento, o número de moradores era baixo em comparação com as demais localidades, como explicitado pelo autor

" o livro dos aforamentos de terrenos da Irmandade de N.S. da Conceição demonstra bem qual era situação existente nesta altura, pois até 1750 foram aforados somente 27 terrenos pertencentes ao patrimônio da confraria, todos eles pequenos lotes (...) Nestes terrenos, situados na rua "rua direita" ou na "travessa da fonte", os primeiros estancieiros construíram suas moradas de casas, ocupadas por ocasião da assistência aos serviços religiosos ou por ocasião das festividades profanas. Embora estas residências devessem estar desocupadas na maior parte do tempo, havia alguns poucos foreiros que habitavam o arraial de forma permanente" (KÜHN, 2008, p. 90).

Essas divisões acabaram resultando no desmembramento futuro da freguesia. Em 1757, foi formada a freguesia de Triunfo, posteriormente seguido pela freguesia de Santo

⁶ Termo utilizado para designar uma unidade de casa ou domicílio.

⁷ (KÜHN, 2008, p. 88). Os dados coletados pelo autor estão nos róis de confessados de Viamão (1751-1756), pertencentes à AHCMPA - Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. O autor ressalta que há algumas lacunas nos documentos, pois não evidenciam com exatidão os números da atividade econômica praticada no período e nem a idade dos fregueses. Alguns documentos também não estão em perfeito estado de conservação, o que pode gerar a impossibilidade de uma análise precisa sobre o período.

Antônio da Patrulha (onde ficava a Guarda Velha) em 1763, e Porto Alegre em 1772. Esse fator geraria uma nova configuração na distribuição demográfica do povoamento, já que a população ficaria mais espalhada pelas novas freguesias.

No ano de 1763 a Vila de Rio Grande é invadida pelas tropas castelhanas, mesmo diante dos acordos efetuados pelo Tratado de Madrid. A "invasão espanhola", fruto dos estremecimentos na relação entre as duas coroas na Europa que vivia mais uma guerra entre os diversos reinos, acirrou a disputa territorial na região, apesar do Tratado de Paris, de 1763, garantir a posse da Colônia de Sacramento novamente para os portugueses. Os espanhóis se instalaram nas adjacências de Rio Grande, cercando o acesso à vila e, por conseguinte, também travaram a passagem pela Lagoa dos Patos, isolando Viamão do abastecimento por essa via. Com a invasão, a população se viu acuada e esse fato acabou gerando uma fuga em massa da vila. O contingente migrou para outras regiões da província, mas principalmente para a freguesia de Viamão, onde acarretou em um significativo impacto demográfico, já que entre um número aproximado de quinhentas famílias que fugiram, cerca de dois terços se mudaram para a região. Nos relatos feitos pelo pároco da época, José Carlos da Silva, são mencionados a confusão que a chegada das famílias refugiadas geraram na região, pois além da mudança abrupta, a freguesia não dispunha de recursos alimentícios para abastecer esse novo grupo. O aumento populacional foi verificado no registro de batismos da paróquia, e como coloca Kühn (2014, p.80) "A situação era caótica: além dos açorianos espalhados há uma década, aos quais se somaram os guaranis missioneiros, agora chegara uma nova leva de refugiados, a maior parte deles carente em todos os aspectos. Somente uma pequena minoria, formada pela elite mercantil da praça invadida, podia sustentar-se sozinha". A guerra contra os castelhanos iria durar aproximadamente treze anos, de 1763 a 1776, e nesse período trouxe transformações significativas para a freguesia.

Com a vila de Rio Grande tomada, a sede do poder no continente também precisou ser transferida. Viamão se estabelece como a nova sede do governo do Continente, a partir do estabelecimento da Câmara, que vai atuar do referido por um período de dez anos (1763-1773), na paróquia de N.S. da Conceição. As Câmaras municipais no período estudado, tinham como funções representar os interesses da comunidade, principalmente as das camadas mais privilegiadas da população, assim como representar um local de resistência aos mandos do poder central. Os séculos XVII e XVIII representavam o período "no qual se verificou o processo final de transição de uma monarquia de tipo corporativa (com relativa autonomia dos poderes locais) para uma do tipo absolutista, com todas as implicações resultantes, em especial o aumento da centralização política" (KUHNS, 2014, p. 193). Como defende o autor, é

a reprodução do Antigo Regime nas terras da colônia brasileira, onde havia uma tentativa de estabelecer medidas para controlar toda a vida política, econômica e social dos habitantes dos diversos povoados. O poder monárquico paulatinamente passava a interferir cada vez mais nas localidades do império luso, criando cargos específicos para a atuação nesses espaços, como os ouvidores e os 'juízes de fora'. Porém, essas dinâmicas ficavam reservadas para os povoados e vilas de maior importância, como Rio de Janeiro e Salvador. O Arraial de Viamão não passava de um povoado pequeno, sem gozar do poder e prestígio das grandes vilas, já em processo de desmembramento. Alias importante ressaltar que mesmo durante os anos de atuação da Câmara, Viamão não passou de ser uma freguesia, não obtendo o status de vila como ocorreu com Rio Grande.

As ações da Câmara para os três primeiros anos de atuação são um pouco imprecisos, devido à perda de alguns livros, as quais foram anotadas em papéis avulsos. A partir de 1766 os livros de 'vereanças' passam a ser novamente lavrados. Alguns vereadores de Rio Grande vieram residir em Viamão, indicando que houve uma permanência das estruturas de poder já estabelecidas na vila. A maior parte deles se transferia com sua família, e também cunhados que atuavam como oficiais camarários. Alguns nomes como os dos capitães Fernandes Viera e Manuel Bento da Rocha fazem parte dessas autoridades que para Viamão foram se estabelecer e incrementar a elite local. Havia inclusive, certas disputas entre esses membros criando grupo dentro das Câmaras, ou como salientado por Kühn, parcialidades, que defendiam seus interesses e de seus aliados. No entanto, aqui o autor denota mais uma vez que as elites da época não poderiam ser consideradas como uma nobreza, mas que eles viveriam á luz da nobreza:

"Tratava-se também de uma região diferente das capitâneas setentrionais do Brasil colonial, na qual a elite local remontava aos conquistadores do século XVI. A ocupação tardia, durante a primeira metade do século XVIII, não permitira que se verificasse um processo semelhante de configuração política no Continente do Rio Grande. Na verdade, a noção de "nobreza da terra", tal como aparece na história colonial não deriva apenas da antiguidade do povoamento (...) essa noção tampouco deriva apenas da posição econômica, pois não é sinônimo simplesmente de elite colonial. O máximo que as nossas elites coloniais puderam alcançar, via de regra, foi uma nobilitação de segunda categoria, obtida através das familiaturas, hábitos das ordens militares e posições de poder local". (KÜHN, 2014, p. 198)

A partir dos registros da Câmara, é possível verificar uma diversidade entre os camarários, entre estancieiros, comerciantes, militares. Não havia, portanto, uma hegemonia dos proprietários rurais, mas há grandes indicações de que o grupo mercantil exercia uma maior influência. De um modo geral, todos os membros apresentavam um patrimônio

considerável para os padrões do Continente (Ibid, p. 203)⁸. Entre as pautas mais comuns registradas na atuação da Câmara em Viamão, há certa diversidade de temas, refletindo a composição dos membros. Defesa das ações comerciais, provavelmente capitaneadas pela influência mercantil no grupo, como pedidos de renegociações de dívidas locais e com mercadores de outras regiões; revisão de cobranças tributárias de mercadorias, entre outros. Nos documentos referentes às correspondências trocadas entre a Câmara e o Conselho Ultramarino, que abria a possibilidade de uma comunicação direta entre o rei e os súditos, demonstram que os oficiais viamonenses defendiam primeiramente os interesses da elite local, com reivindicações que "versam sobre os variados temas de interesse da elite política local: pagamento de tributos falta de terras, baixo preço do gado muar e concorrência das bestas castelhanas, o prejuízo causado pelos índios aldeados, os rendimentos das passagens dos rios, além de questões administrativas referentes à ocupação de cargos" (ibid, p. 209).

Além do impacto gerado pela mudança da sede do poder, um acometimento abalaria a vida dos moradores da freguesia. Em 1769 houve uma epidemia, provavelmente de varíola, responsável pela morte de centenas de pessoas da freguesia e entorno. Para os padrões demográficos do período, trata-se de um grande número de mortes, registradas no livro de óbitos da paróquia. Antes de 1769, o número de mortes ficava em torno de 30 ocorrências, porém com a epidemia, os novos registros denotaram aproximadamente 108 óbitos para aquele ano e em torno de 50 óbitos para os anos seguintes (Kühn, 2008).⁹

De um modo geral, como ressaltado pelo autor, os primeiros anos do povoado como centro político da região não foram nada promissores. Além dos problemas já relatados no corpo do texto, referentes ao aumento populacional e a mortandade provocada pela epidemia, os moradores de Viamão ainda enfrentavam o clima tenso envolvendo o conflito com os castelhanos. O povoamento era local de circulação e estabelecimento das tropas que compunham o contingente luso-brasileiro, se tornando uma base para a paragem das forças militares. Havia problemas no relacionamento entre os colonos e os assentamentos indígenas guarani, inúmeras vezes relatados em documentos. Nos primeiros tempos da guerra, as terras e os imóveis sofreram grande desvalorização. Mesmo diante dos percalços, o povoamento prosseguia. O período de maior apogeu de Viamão seria no início do comando de José Marcelino de Figueiredo, que governou as terras do Continente no período de 1769 a 1780.

⁸Os dados patrimoniais constam no livro de Inventários port-mortem, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

⁹Dados coletados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de Óbitos de Viamão (1748-1777).

Após a baixa populacional decorrente da epidemia, os dados demográficos demonstram uma alta, e nesse momento o arraial também atingia seu auge na cena política, especialmente no ano de 1771. No entanto após este período como sede do poder na província, Figueiredo decide, em 1773, que a capital seria transferida para a recém-criada Freguesia do Porto dos Casais, que se chamaria Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, por estar mais bem posicionada estrategicamente a beira do rio (lago Guaíba) e contar com um porto, na época chamado de Porto de Viamão. Esse fato gerou consequências irreversíveis para o arraial, pois não sendo mais sede do poder administrativo, viu uma parte de sua população mudar-se para a nova capital e sua economia declinar. Após o final da guerra com os espanhóis, a situação da província do Rio Grande do Sul aos poucos foi se estabilizando e a nova capital começou a prosperar.

Os censos realizados nas décadas de 1770 e 1880 pela paróquia viamonense demonstram a diminuição no número de moradores. Já no final dos anos 1790 houve uma melhora no padrão populacional, mas o antigo status não poderia mais ser recuperado, visto que Porto Alegre havia ultrapassado o arraial viamonense. Assim, chegava ao fim a breve 'aventura' de Viamão como a capital do Continente de São Pedro, com sua população diminuindo, predominando a posse de propriedades rurais de menor tamanho e transformando a região em uma área cada vez mais ruralizada. Segundo Flores (2008), ao abrirem a trilha das Missões, em 1817, passam a transportar mercadorias oriundas de Corrientes na Argentina, fato que aos poucos vai minando o comércio dos tropeiros por Viamão. Assim também o transporte das mercadorias chegava a Porto Alegre por via de lanchões no lago Guaíba, a partir de 1830, diminuindo o transporte via terrestre pelos campos viamonenses.

Viamão viria a desempenhar um importante ponto de referência durante o episódio da Guerra dos Farrapos, quando o povoado serviu de base para as forças rebeldes. Em 1836, Bento Gonçalves ali se estabeleceu nos morros da região para sitiá-la, levando em consideração a posição estratégica que o local representava. Os farrapos também se estabeleceram em Itapuã para controlar o transporte pela Lagoa dos Patos e impedir que mercadorias e correspondências chegassem a Porto Alegre. Em 1838, os líderes da revolta elevaram a freguesia à categoria de vila, denominada Vila Setembrina. Os farrapos deixarão Viamão em 1841, quando as forças imperiais expulsam os últimos rebeldes e a localidade volta à condição de freguesia. Em relação a esse período, há uma crença de que a matriz teria servido como abrigo para as tropas farroupilhas, já que teriam ocorrido batalhas entre os rebeldes e as forças imperiais no entorno do arraial. No entanto essa premissa já foi

desmistificada, pois como observa Flores (2008, p. 1069) os embates ocorreram distantes do arraial, onde hoje é o centro da cidade.

A localidade só seria alçada à categoria de vila no ano de 1880¹⁰, quando Viamão é desmembrada da vila de Porto Alegre e se tornando autônoma politicamente. No ano de 1889, após a derrubada da monarquia e a instauração da república, as Câmaras Municipais foram dissolvidas e a cidade tem seu primeiro prefeito.

Ao longo do século XX a cidade foi aos poucos passando por um processo de urbanização, principalmente na região do centro da cidade, no entorno da Matriz e algumas outras localidades, como as vilas Santa Isabel, Viamópolis, São Lucas, São Tomé, por exemplo. Nessas regiões houve um grande aumento populacional, especialmente nas últimas décadas, fruto do êxodo rural e o aumento das comunidades nas periferias de Porto Alegre. Mais tarde ocorre a emancipação dos municípios de Alvorada e Cachoeirinha, na década de 1960. Porém, a maior parte da área do município ainda é caracterizada pelas zonas rurais, cujo forte da economia está baseado em parte na pecuária e na agricultura.

1.2 - As sociabilidades no entorno da Matriz e as Irmandades

Até a construção da primeira capela no povoado, como já tratado no subcapítulo 1.1, os antigos Campos de Viamão estavam sob a ordem da paróquia de Laguna, cujo vigário comparecia aproximadamente uma vez ao ano para a realização de missas, batizados e demais rituais religiosos. Os moradores com maiores recursos se dirigiam a Laguna para realização de tais ritos. A paróquia de Laguna respondia ao bispado do Rio de Janeiro, que mantinha sua jurisdição eclesiástica nessas regiões até o Rio da Prata. Toda a organização das ordens paroquiais ficava a cargo da Mesa de Consciência e Ordens, com sede em Lisboa e de lá partiam as orientações que deveriam ser seguidas na colônia. Na hierarquia eclesiástica vigente, os bispados eram divididos em paróquias ou freguesias, e estes em capelas.

Segundo Moacyr Flores (2008, p. 1067), a primeira ação no sentido de erigir uma capela na região partiu de um grupo de moradores membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que teriam se reunido para solicitar a construção de uma capela na localidade. Apesar de esta solicitação depender da licença das autoridades eclesiásticas, todas as despesas referentes às obras ficavam por conta da comunidade. Nossa Senhora da Conceição era muito venerada em Portugal, sendo considerada uma das padroeiras do reino,

¹⁰Lei nº 1279, de 11 de junho de 1880. In: BARROSO, 2008, p. 278.

status que mantém nos dias de hoje. Antes da construção dessa capela, foi construída na vila de Rio Grande a capela da Sagrada Família na fortaleza de Jesus Maria e José em 1737, e a capela de São Pedro, em 1740.

Com as construções das capelas em Rio Grande e Viamão, as comunidades locais passaram a ter mais autonomia em relação à realização de rituais litúrgicos. A capela foi promovida em freguesia através da provisão eclesiástica de 07 de novembro de 1747, elevando o status da construção para Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Barroso, 2008). A partir deste ponto, era permitida a igreja de Viamão realizar seus próprios registros, através do livro de batismos, casamentos e óbitos. Neste sentido, também já citado no capítulo anterior, a Matriz vem a representar uma função social e política frente à comunidade, pois em suas dependências (a sacristia) eram realizadas votações para vereadores através da instalação da Câmara e em suas portas fixavam decretos oficiais do governo central (FLORES, 2008, 1067).

No período do Brasil colonial, o Estado e a Igreja estavam unidos em um sistema de padroado, no qual as igrejas matrizes, através dos livros mantidos pelos párocos, registravam esses três momentos específicos na vida de um indivíduo: batismo, casamento e óbito. Esses livros serviam também como registro civil e jurídico para fins de administração da coroa portuguesa sobre as regiões coloniais, tendo em vista a inexistência de órgãos civis específicos para esse objetivo. As igrejas se constituíam em uma representação do poder, já que guardavam toda uma documentação referente ao cotidiano dos moradores das vilas e povoados. Muitos núcleos urbanos se formaram em torno das capelas e igrejas no período colonial (HOORNAERT, 1994:10 in BORGES, 2008). Por outro lado, para alguma comunidade conseguir a autorização para a construção de uma capela era preciso todo um trabalho de convencimento perante as autoridades eclesiásticas, como destaca Borges:

"por trás de uma capela que vingava estava um grupo de colonos preocupados com sua salvação e sua vida após a morte, ou um bandeirante que queria ter seu arraial reconhecido pelas instâncias do poder colonial. Só com um determinado poder era possível construir uma capela a partir de uma série de movimentos que passavam por doações de terra e obrigações de missa pela alma do fundador. Essas igrejas rústicas materializavam sentimentos e promessas dos seus idealizadores" (BORGES, 2008, p. 2).

Sendo o padroado tão forte no Brasil colonial, a Igreja assumia além da finalidade religiosa, uma função burocrática, pois a partir dos dados recolhidos nos livros de registros, eram realizados os recenseamentos, com o controle no número de nascimentos já que o batismo era um dos sacramentos obrigatórios e o número de óbitos, além da formação das

famílias através dos casamentos. O levantamento de inventários de bens e testamentos também era obtido através dos registros, e inclusive processos criminais. De um modo geral, havia um predomínio da organização eclesiástica sobre a organização administrativa, advindo de uma simbiose entre o sistema político-administrativo e o religioso (BORGES, p. 5).

O processo de constituição da freguesia de Viamão, concernente à construção da capela e posteriormente com a construção da igreja matriz, contou com a participação ativa da população para ajudar na realização destas obras, algo muito comum nos povoados da América portuguesa e sua estreita relação com a Igreja Católica. Organizadas pelas irmandades e confrarias, a população realizava diversos eventos e juntava os recursos necessários para auxiliar na construção e posterior manutenção dos templos. Nesse ínterim, uma rede de relações sociais era constituída a partir da participação popular em torno das igrejas.

As irmandades têm sua origem ainda no período medieval, criadas com o intuito de conduzir e orientar a vivência religiosa das populações leigas, incentivando o culto aos santos e demais rituais católicos. Após a reforma tridentina, houve uma grande expansão das irmandades em Portugal e essa prática foi reproduzida nas regiões coloniais, como o Brasil. Nesse período, a maior parte dessas irmandades surgiu de maneira acentuada nas cidades de Minas Gerais, dado o contexto rico e promissor que se desenvolvera com a mineração. Essas associações se tornaram importantes espaços de sociabilidades no período colonial, especialmente para os membros das elites locais, já que esta vivência lhe traziam status perante as comunidades em que faziam parte. Importante ressaltar, no entanto, que a participação nessas entidades não estava reduzida aos membros da elite, mas também era estendidas às demais camadas da população, inclusive os cativos (KHUN, 2010). Apenas na cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, ergueram igrejas dedicadas a santos diversos, nas quais as confrarias e irmandades tinham um papel de protagonismo na organização e manutenção dos templos. Muitas dessas igrejas foram construídas próximas umas das outras, o que por vezes semeou até mesmo a rivalidade entre as entidades locais.

Aqui no Rio Grande do Sul, apesar de os povoados serem mais humildes e não estarem em zonas de influência ou riqueza como em Minas, as entidades leigas também se ocupavam de participar ativamente das atividades paroquiais. Assim, não seria diferente em Viamão. A participação ou a aceitação em determinada associação indicava a posição e o destaque que a pessoa ocupava como segue

"Numa sociedade de Antigo Regime, onde a influência da religião católica era bastante intensa, a ponto de pautar os comportamentos, o pertencimento a uma irmandade composta pelos *principais* era algo tão importante quanto o fato de ser oficial da Câmara, por exemplo. Fazia parte da busca de um *ethos* aristocrático a ocupação de postos nas ordenanças e cargos burocráticos, além de uma elaborada articulação de arranjos matrimoniais e de parentesco. Mas também a participação nas confrarias religiosas era um componente fundamental dessa estratégia de ascensão social, em especial a ocupação de cargos nas suas mesas diretoras, que conferiam status e prestígio" (KUHN, 2010, p.122).

No levantamento realizado para o período, havia cerca de 29 irmandades e três ordens terceiras atuantes na província, a maior parte delas nas freguesias de Porto Alegre e Triunfo. Se fosse comparar com Minas Gerais, esse número ultrapassaria mais de trezentas associações, embora seja preciso levar em consideração a demografia de ambas regiões. Em Viamão especificamente foi verificada, a partir dos registros paroquiais, a existência de três irmandades.

A primeira irmandade a se constituir na paróquia viamonense foi a do Santíssimo Sacramento, que observa Kuhn (2010), também foi registrada sua existência em outras freguesias do Continente. Os primeiros registros de existência da irmandade datariam de 1745, quando os moradores formaram a associação para administrar o terreno que Francisco Carvalho da Cunha doou para a construção da capela. Porém, oficialmente ela começa a atuar em 1747, pois somente nesse ano é concedida a ordem do arcebispado que transforma a capela em paróquia. O autor salienta que somente as paróquias poderiam congregar confrarias, as capelas não tinham autorização para isso. Essa associação era responsável principalmente pela organização de Corpus Christi, quando o Santíssimo Sacramento era conduzido pela igreja em procissão para todo o público.

Na confraria do Santíssimo a maior parte dos seus membros era constituída pela elite local, como o tenente Francisco Pinto Bandeira, entre outros estancieiros. As regras de admissão eram rígidas e segregacionistas, onde na sua ordenança estavam estabelecidos inclusive critérios raciais: "toda pessoa que quiser entrar nesta Confraria fará petição à mesa, e constando ser homem ou mulher branca e limpa de toda a Raça, será admitida pagando logo de entrada mil e seiscentos [réis]" (Idem, p. 124). Logo não era qualquer morador que conseguia se associar. Havia restrições raciais, apesar de algumas famílias da elite ter um histórico de miscigenação, especialmente com nativos indígenas. Esse critério racial mais tarde foi proibido através de uma resolução de Portugal no período pombalino. Em todas as freguesias era comum a irmandade do Santíssimo ser dominada pelos mais abastados do local. Após o desmembramento da freguesia e a mudança da Câmara para Porto Alegre, a irmandade perdeu muitos membros, ainda mais que nesta nova freguesia também fora criada a

associação do Santíssimo, o que possivelmente gerou competição entre as duas. Não era comum, entre os homens que frequentavam as mesas da diretoria, a presença de comerciantes, além dos estancieiros, que "procuravam participar ativamente da irmandade, visando a obter assim alguma promoção social, da mesma forma que faziam ao participar da administração local" (Idem, p. 125). Todos os 'homens bons' queriam participar do Santíssimo, onde se pode inferir que as relações estabelecidas dentro das entidades ultrapassavam os interesses puramente religiosos.

Na contrapartida aos critérios exclusivistas da irmandade do Santíssimo, havia aquela que aceitava a todos os moradores, sem distinção étnica e de origem: a confraria da Nossa Senhora do Rosário. Muito popular também em outras regiões da colônia, essa irmandade era aberta à população mais pobre dos povoados, incluindo nesse conjunto os afrodescendentes, entre cativos e libertos, convivendo com os irmãos brancos (Idem, p. 126). O primeiro pedido para criação da confraria ao arcebispo do Rio de Janeiro ocorreu em 1755, mas a confirmação oficial vem somente trinta anos depois, em 1785, através da carta de autorização expedida pela rainha D. Maria. Os confrades se ocupavam da festa anual para N.S, do Rosário, inclusive com a confecção de um manto especial para que fosse usado nas festividades. Apesar de a composição dos confrades indicarem maioria de negros (em torno de dois terços) há indícios da presença de homens da elite nos quadros da irmandade. Essa presença gera algumas especulações, como a de que estariam presentes para fiscalizar a conduta dos escravizados, especialmente em se tratando de rituais de feitiçaria, porém não há nada concreto em relação a isso. É preciso considerar que a santa era também cultuada pelos membros mais abastados das freguesias, sendo que em Viamão havia muitos estancieiros na confraria.

Tanto nos artigos de Flores quanto em Massulo para o projeto Raízes de Viamão (2008), há o registro da existência da Confraria de São Miguel e Almas, ou Arcanjo São Miguel, criada em 1750. Flores chama a atenção que esta irmandade teria um critério especificamente rígido para a entrada de fiéis, pois não permitia adição de "pessoas de infecta Nação" o que fazia menção as pessoas de origem judia (p. 1070). Posteriormente essa confraria se deslocou para paróquia de Porto Alegre. Flores ainda menciona a existência das confrarias do Senhor dos Passos e do Divino Espírito Santo, porém sem maiores informações de documentação a respeito de suas atuações.

Por fim, havia a Ordem Terceira de São Francisco. Diferentemente das demais irmandades, as ordens terceiras estavam diretamente ligadas a uma ordem religiosa renomada, neste caso, a Franciscana. Acreditava-se que as recompensas para quem ingressava na ordem

extrapolavam os limites terrenos, pois havia a crença de que estaria conectado ao 'corpo místico' da Igreja Católica, onde haveria um ganho no plano espiritual, por pertencimento a uma instituição canônica reconhecida pela Santa Sé. Os critérios para seleção dos que ingressavam eram ainda mais rígidos do que a irmandade do Santíssimo, o que trazia ainda mais status para seus membros. “A profissão nas ordens terceiras era sinônimo de *status* e privilégios das classes dominantes. Ser admitido numa ordem terceira significava pertencer à elite social e ser de origem racial branca e católica incontestável” (BOSCHI, 1986, p. 162 in KUHN, 2010, p 128). Nesse caso, o critério racial estava altamente presente como índice de exclusão dos demais membros da população das freguesias. Para as elites participantes ainda havia mais uma vantagem, como salienta Kuhn, pois os membros das ordens terceiras eram reconhecidos em todas as regiões da colônia portuguesa como pertencentes a um mesmo grupo comum, o que atraía a atenção dos grandes estancieiros e comerciantes para se associarem. Na Ordem da freguesia de Viamão, criada em 1755, há indício de que os comerciantes eram maioria na mesa, além de funcionários da Coroa (assim como ocorria na Câmara). Com a invasão castelhana em Rio Grande, muitos membros que pertenciam à Ordem da vila vieram a compor o quadro de Viamão.

Concernente à relação dos fiéis com o cotidiano da igreja, cada confraria ou irmandade religiosa possuía seu próprio altar dentro da igreja. O maior deles (o altar central) era dedicado ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora da Conceição, sendo diretamente cuidado pelos membros dessa confraria. Neste contexto cada confraria era responsável pela manutenção dos altares, contribuindo com cera para as velas e responsabilizando-se para os pedidos de missas para a comunidade (FLORES, 2008). Dada à importância não somente religiosa, mas também política e social que as capelas e paróquias representavam no período colonial, comumente ocorriam à necessidade ou a demanda das comunidades por construções maiores que pudessem abrigar o contingente nos eventos de obrigação religiosa, como por exemplo, o período da Páscoa. "Pelo número de hóstias consumidas, sabia-se a quantidade de paroquianos da freguesia” (WEIMER, 2008, p. 1085). Nesse quesito, desde a construção da primeira capela, o papel das confrarias foi primordial, visto estas sempre promoverem festas e quermesses com o intuito de arrecadar fundos para a construção, reformas ou manutenção do templo. Também ficava a cargo das irmandades o cuidado com os rituais de batismos e casamentos, auxiliando na organização desses ritos, assim como o cuidado com o cemitério e procedimentos fúnebres.

Atualmente a Matriz está sob a jurisdição eclesiástica do arcebispado de Porto Alegre, sendo que uma parte de sua documentação encontra-se na salvaguarda do arquivo da Cúria na

Catedral Metropolitana. O dia de Nossa Senhora da Conceição é comemorado em 8 de dezembro, ocasião em que é realizada uma festa na Igreja e a celebração de missas em diversos horários. Nesse dia, também é feriado municipal em Viamão.

CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SUA ARQUITETURA

Segundo as classificações do Decreto-lei Nº 25, o livro tomo das Belas Artes seria destinado a obras que tivessem, entre outras características, o estilo arquitetônico como critério de intervenção para salvaguarda patrimonial. A partir da inscrição da Matriz Nossa Senhora da Conceição neste livro, em um primeiro momento, pode-se inferir que o estilo de construção da Igreja fora um dos critérios que chamou a atenção para o processo de tombamento. Assim sendo, neste capítulo, intento trazer o histórico da construção da Igreja, com alguns detalhes de suas características arquitetônicas que fizessem com que fosse classificada em uma das fases do estilo barroco.

Conforme já visto no capítulo 1, o processo de constituição da Igreja Matriz de Viamão contou com a ativa ação dos moradores da região desde o erguimento de sua primeira capela. Assim, em uma iniciativa do estancieiro Francisco de Carvalho da Cunha, houve a doação de meia légua de terra de sua propriedade, chamada de Estância Grande, para a construção da capela, junto de 40 éguas, quatro cavalos, 20 vacas e dois touros, entre outros animais. A permissão oficial veio através da provisão eclesiástica de 14 de setembro de 1741, que concedia licença a Carvalho da Cunha para construir a capela no lote de terra dentro de sua sesmaria. Era erigida, então, a capela Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Essa data é considerada o nascimento da cidade e Carvalho da Cunha é tido por alguns intelectuais mais antigos como o fundador da freguesia. Sua posição no terreno encontrava-se no alto de uma elevação, para que assim "fosse vista por todos como um sinal que a terra era cristã" (FLORES, 2008, p. 1067). Ela foi finalizada no dia 15 de maio de 1746, data em que teria ocorrido sua primeira missa. A capela era considerada grande por suas dimensões, ganhando a denominação de Capela Grande.

Com o decorrer dos anos e o aumento populacional da Freguesia surgiu a necessidade de ter um templo maior para as liturgias. Por iniciativa do então governador José Custódio de Sá e Faria, quem também assinou o projeto, tem início em 1767 a construção de uma nova basílica. Apesar da paróquia já ter iniciado o seu processo de desmembramento, se trata do período em que Viamão era a sede do poder na província, e onde funcionava a Câmara do povoado. A construção da segunda igreja teria iniciado pela capela-mor, sendo esta primeira concluída em 1770. À medida que se erguia um novo altar, destruía-se uma das paredes e refaziam novamente, sendo construída por etapas. De um modo geral, as obras foram

realizadas lentamente, ainda mais após o deslocamento da Câmara para Porto Alegre e a perda de uma parte do comércio e demais repartições para a nova capital.

Para a construção das paredes, fora utilizada argamassa obtida a partir da redução de conchas do litoral, os sambaquis. Moacyr Flores (2008, p. 1068) comenta que mesmo se tratando de uma construção simples, pela "população ser pobre e faltar artesãos", a Matriz apresenta proporções geométricas perfeitas. O embasamento da construção é alto e a fachada dividida por cornijas¹¹ de diferentes tamanhos, 'dando a impressão de força e provocando a ilusão de monumentalidade'. Em ambos os lados da nave central, foram erguidas as torres que comportam as sineiras¹² na parte superior e culminam com um coruchéu¹³. O portal onde se situa a porta e entrada principal é feita com granito vindo da cidade de Porto, em Portugal. O autor destaca que os elementos arquitetônicos da frente da igreja formam traçados de triângulos perfeitos.

Sobre as dimensões da igreja, constando no artigo do arquiteto Günter Weimer para o projeto Raízes de Viamão, o prédio possui 28 metros de frente, composta pelas duas torres, por quase 48 m de fundos, como segue a descrição do autor:

"O corpo da nave apresenta 16m de largura posto que as duas sineiras se projetam lateralmente, em planta-baixa, conferindo à construção uma imponência surpreendente que é acentuado pelo maciço das paredes de dez pés de espessura (3,30 m). A das paredes da nave varia entre 1,85 e 2,10 metros (...) Pela técnica construtiva e pelo tratamento, a sala anexa pelo lado da epístola é de construção ainda mais recente e a sacristia deve ser do período da mudança do século XIX para o seguinte. Um batistério mal enquadrado atrás da torre pelo lado evangelho, não parece fazer parte do projeto original, embora sua construção seja bastante antiga. Exteriormente, pelo lado da epístola, atrás da torre, foi construída uma sólida escada que dá acesso ao coro. Seu entrepiso de madeira já foi substituído, em tempos recentes, por uma construção em concreto armado"(WEIMER, 2008, p. 1088).

Pelas descrições acima, a impressão é de que a obra realmente foi realizada aos poucos, já que algumas partes parecem terem sido feitas depois do corpo central da igreja. Na fachada posterior da construção, o que seria os fundos do altar principal, há a presença de um óculo central e duas seteiras laterais, não tendo maiores informações sobre a presença delas, pressupondo-se que serviriam para defesa. "Finalmente vale assinalar a harmoniosa composição e justaposição dos volumes construídos bem como a forte conjugação das cores onde a caiação das paredes cria grande contraste com o escuro dos vitrais, dos contornos das janelas e com o vermelho das telhas-canal queimadas à lenha" (Ibid, p. 1089).

¹¹ Em arquitetura, cornija é uma faixa horizontal que se destaca na parede, com finalidade de acentuar as nervuras nela empregadas, ou também molduras salientes para destaque na fachada de construções.

¹² Aberturas situadas nas torres, onde são colocados os sinos.

¹³ Remate em forma de pirâmide ou cone, utilizado em torres ou pavilhões.

Sobre a parte interior da construção, Weimer chama a atenção para a beleza dos sete retábulos¹⁴, que apesar da "comedida" variabilidade apresentada, "formam um conjunto harmonioso que raramente é encontrado em nossas igrejas coloniais". No que compete ao estilo arquitetônico, enquadra a Matriz na classificação arquitetônica de Lúcio Costa¹⁵, o qual pertenceria a um quarto período do estilo barroco, denominado de "barroco-renascentista". Segundo Costa, os retábulos feitos neste período "corresponde (o novo estilo) a um verdadeiro renascimento, com a volta às composições mais claras e arrumadas da primeira época. O lindo desenho e a primorosa talha, aliviados de tanto ornato e de tanto ouro, desenvolvem-se desafogadamente, elegantes, cheios de invenção e de graça, levando o capricho e a sutileza dos "achados", muitas vezes ao requinte, senão mesmo ao enfado"¹⁶. Para Weimer, a descrição acima se encaixa muito bem para os retábulos encontrados na matriz viamonense, considerando o contexto do povoado para a época de sua construção.



Fotografias 1 e 2: Fachada da Matriz Nossa Senhora da Conceição. Acervo Digital do IPHAN. [s.d.].

A nave central da igreja é composta por sete altares, sendo o altar-mor ao fundo e seis altares nas laterais, proporcionalmente colocado três em cada lado. O principal é dedicado a santa padroeira da paróquia, Nossa Senhora da Conceição. Em ambos os lados, entre as

¹⁴ Painel de madeira ou pedra, postado atrás dos altares, geralmente decorado com imagens de santos. Seu formato e ornamentos podem variar conforme o período e estilo em que foi construído. Estas informações estão disponíveis em <https://www.engenhariacivil.com/dicionario>.

¹⁵ WEIMER, op. cit. p. 1099. Estas categorias de classificação do período barroco serão comentadas no capítulo 3.

¹⁶ COSTA, 1978, 55 in: WEIMER, Gunter, p. 1089.

colunas, estão as imagens de N. S. dos Anjos e de Santa Rita. Os demais altares são dedicados à N.S. das Dores, N.S. do Rosário, Divino Espírito Santo, à Santana, São Miguel Arcanjo e à Santa Bárbara. Todos os retábulos, além dos santos 'principais' situados no nicho central, possuem imagens de outros santos nas laterais. Os altares apresentam diferenças entre si, mas indicam terem sido feitos pela mesma equipe de artesãos. Pelo seu estilo, podem ser situados na última fase do barroco, antes da transição para o Neoclassicismo¹⁷.

O provável autor do projeto arquitetônico da matriz, Sá e Faria, nasceu em Portugal no início do século XVIII e teria frequentado o curso de Fortificações e Arquitetura na Academia Militar de Fortificações. Devido aos seus conhecimentos na área prestou serviços na construção de algumas obras e aquedutos a serviço da Coroa. Após ser enviado para o Brasil, passou por diversas regiões. Fazia parte da resistência portuguesa na ocasião da tomada de Rio Grande, e pelo bom desempenho na frente militar, foi nomeado governador da Capitania, em 1764. Após deixar o Rio Grande do Sul, o militar atuou novamente em outras regiões, e além das funções militares, trabalhou também em outros projetos arquitetônicos.



Fotografia 3: o interior da Igreja, a nave central e os altares laterais.

Uma de suas obras de maior destaque no Brasil é a Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, iniciada em 1780 e só concluída em 1811. Essa igreja já estaria situada no

¹⁷ Para uma descrição completa dos altares ver as páginas 1095 a 1097 do artigo de Weimar no projeto Raízes de Viamão. O arquiteto baseou seu texto no trabalho de Athos Damasceno, intitulado Artes Plásticas no Rio Grande do Sul, de 1971, onde descreve inúmeros detalhes da arquitetura e arte sacra presentes na matriz de Viamão, assim como outras igrejas do Rio Grande do Sul.

período de esgotamento do estilo barroco e mesmo guardando algumas semelhanças entre as duas igrejas, as diferenças se sobrepõem. Enquanto a do Rio de Janeiro traz mais traços clássicos e riqueza de acabamentos, a de Viamão é marcada pela simplicidade. O autor se indaga o que faria os dois projetos serem tão diferentes, cuja resposta pode estar no contexto da região de Viamonense no período, marcada pela ameaça constante de invasões pelos castelhanos. Muito se fala no caráter de fortificação que a Matriz apresenta, com suas paredes bastante espessas - teoria que ainda carece de uma maior pesquisa. Nesse caso, houve uma junção dos interesses militares e eclesiásticos (WEIMER, 2008 p. 1094).

A primeira igreja construída na província, a Catedral São Pedro de Rio Grande, também teria a participação de Sá e Faria no projeto, porém devido à ocorrência do cerco dos espanhóis à vila, o projeto original não pudera ser realizado, já que os militares foram designados a atender outras incumbências. De acordo com Weimer, o projeto se constituiria em um belo templo com características neoclássicas, mas a edificação final da catedral sofreu diversas alterações do seu plano original. As obras teriam iniciado em 1755. A tomada de Rio Grande provavelmente ocorreu no período em que estavam sendo concluídos os acabamentos internos da matriz, e segundo documentos diversos objetos tiveram que ser retirados às pressas pelas tropas portuguesas antes que fossem pilhados pelos castelhanos, inclusive imagens de santos, alguns ainda encaixotados, com proveniência do Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo o destino desses materiais, mas pesa a suspeita de que foram trazidos para Viamão e utilizados na ornamentação da nova matriz (Idem, p. 1086). Interessante destacar que tanto a Catedral de São Pedro quanto a matriz de Viamão têm características parecidas, como por exemplo, nas suas fachadas, o formato das portas, as duas torres sineiras; e na parte interna também há a mesma disposição da nave central com o altar-mor ao fundo e os altares nas partes laterais, com retábulos ornados.



Fotografia 4: destaque do pedestal de Nossa Senhora da Conceição.

Já sobre a atuação de Francisco da Costa Senne na construção da matriz, Weimar destaca que há uma imprecisão nos documentos que denotem a real participação dele no projeto. Haveria indícios de que ele teria sido ao mesmo tempo construtor e o responsável pelo acabamento dos altares internos, porém isso seria discutível tendo em vista se tratar de dois conhecimentos diferenciados. Porém é preciso levar em conta que a Capitania estava em área de fronteira e em situação vulnerável devido à tensão do conflito, a presença de profissionais especializados na torêutica¹⁸ seria escassa. Além disso, como observa Weimer, apesar da construção estar situado nos últimos períodos do barroco, neste estilo arquitetônico o dom ou talento deveria ser universal, ou seja, o profissional deveria ser capaz de atuar em mais de uma função. O mais provável é que o projeto tenha sido executado por Senne, responsável também pelos acabamentos e altares de outras igrejas, como a de Taquari e de Santo Amaro (Idem, p.1095).

¹⁸ Arte de cinzelar ou esculpir em metal, marfim ou madeira.



Fotografia 5 : lateral esquerda do prédio



Fotografia 6: parte posterior da Igreja

No que concerne a construção do atual prédio da matriz, podemos perceber algumas discordâncias na bibliografia sobre este tópico. Há documentos que indica ter sido erguida uma terceira igreja no final dos anos 1700. De acordo com Massulo (2008), "ameaçando ruína pela má construção", em 1787, em uma decisão conjunta do vigário na época, João Diniz Álvares de Lima, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e o povo, decidiram pela construção de uma nova igreja em um local diferente. A irmandade teria escolhido realizar a construção no terreno da Ordem Terceira, ou no mesmo terreno em que se encontrava. Para isso, deveriam também deslocar o cemitério que se encontrava ao lado da igreja. Segundo o excerto extraído de um documento do Arquivo da Cúria, contido no artigo de Massulo, há a indicação da construção de uma nova Igreja, feita de pedra, já que a anterior fora feita de madeira e já demonstrava sinais de ruína, conforme citado neste excerto

"Termo de determinação que faz esta mesa para dar princípio à obra de arrancar pedra para a igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão que de necessidade se faz preciso dar as providências necessárias para o bem comum da dita freguesia para evitarmos as gravíssimas despesas que atualmente estamos fazendo com a velha igreja, antes que de uma vez se torne uma grande ruína, para cuja obra foram convocados todos os fregueses desta freguesia em que convieram ser alertados a fazer-se a dita obra como se manifesta da atestação junta do mesmo João Diniz Álvares de Lima como presidente da mesa¹⁹" (MASSULO, 2008, p. 1081)

As portarias constantes no mesmo documento mostram os autos para transladação do Santíssimo Sacramento e demais imagens para a antiga capela até que a obra estivesse concluída. A inauguração do novo templo ocorreu em 11 de junho de 1797, "quando se

¹⁹ Este documento consta no Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Porto Alegre: *Livro de eleições e termos da mesa da Confraria do Santíssimo Sacramento e N. Sra. da Conceição na Freguesia de Viamão*, f. 31v.

realiza, em solene festa, a transladação de Nossa Senhora da Conceição para a nova matriz" (p.1081).

Em Weimer (*op. cit.*), não há menção da construção deste outro prédio, mas sim que a segunda igreja sofreu diversas intervenções ao longo do século XIX até chegar ao seu "desenho" atual. De acordo com o autor, Damasceno teria tido acesso ao desaparecido Livro nº1 da Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde garantia estar registrado que a construção do atual prédio da igreja teve início em 1766, concluída três anos após por Francisco da Costa Senne, seguindo o 'risco'²⁰ do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, governador da província, quando o vigário era Baltazar dos Reis e o provedor, Bento Manuel da Rocha. (p. 1087). Já no artigo de Fábio Kuhn, ao abordar a história da Ordem Terceira em Viamão, há a menção da construção desse terceiro templo, ocasião em que acabou indispondo os membros da Ordem com as autoridades eclesiásticas locais. A intenção da Ordem era construir uma capela própria, porém fora proibido pelo arcebispado do Rio de Janeiro, que teria ainda dado a autorização para "que fosse demolida a igreja matriz antiga e que seus materiais fossem empregados no frontispício e nas torres da nova igreja" (KUHN, 2010, p. 129). Esta questão demanda maiores pesquisas para um melhor entendimento sobre a constituição da matriz atual.

Apesar das inúmeras reformas empreendidas e de toda a mudança urbanística ocorrida no centro de Viamão no século XX, a Matriz Nossa Senhora da Conceição reina absoluta na paisagem viamonense. Tendo em vista que a altura padrão das construções no centro de Viamão é relativamente baixa, a Igreja se sobrepõe frente às outras edificações. Importante lembrar, que o seu entorno também fora preservado, situando-se uma grande praça no seu terreno de frente e um largo terreno nos fundos. O perímetro da igreja ocupa uma quadra inteira no centro da cidade e não há construções adicionais além do salão paroquial.

²⁰ Assim eram chamados os projetos arquitetônicos na época colonial.



Fotografia 7: interior da igreja atualmente.



Fotografia 8: Vista atual da fachada e parte da praça em frente à Igreja.

CAPÍTULO 3: APONTAMENTOS DAS FONTES, AS CONCEPÇÕES DO SPHAN E O PROTAGONISMO DA ARQUITETURA BARROCA NOS PROCESSOS PATRIMONIAIS

3.1 - O apontamento das fontes: as informações do processo de tombamento

O primeiro documento analisado, o inventário de bens denominado Relatório N° 4 – Igreja de Viamão, datado de 30 de junho de 1937, está endereçado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN. Provavelmente fazia parte de um requerimento da divisão responsável pelos processos de tombamento para fazer um levantamento prévio dos imóveis que poderiam gerar interesse de preservação.

De acordo com as informações constantes na primeira página, as primeiras características destacadas sobre a Matriz se referem logo à grandiosidade da construção, carregada de valor histórico, sendo lembrada pela antiguidade assim como por sua arquitetura, a qual é mencionada com uma ênfase especial neste sentido:

“Em prosseguimento aos trabalhos do inventario das obras de architectura typica situadas neste estado, venho apresentar-vos o relatório n° 4 (...) trata-se, no caso, de um monumento de grande valor histórico, a segunda igreja do Estado por ordem de antiguidade e certamente a primeira do ponto de vista architectonico, tendo conservado, apesar de alguns reparos bem intencionados e mal orientados, a sua feição typica” (SIC).

De acordo com a abertura do documento, o relatório deixa evidente de que estão inventariando imóveis que comporiam um conjunto pertencente a uma "arquitetura típica" presente no estado. Esse é o primeiro ponto de destaque do documento, pois a qual arquitetura típica está se referindo? Pelo exposto no documento, os técnicos do SPHAN já tinham um modelo pelo qual procuravam, portanto não seriam todas as igrejas que se encaixariam nos requisitos por eles pedidos, tal qual como a matriz viamonense parecia satisfazer. Esta primeira descrição no documento ressalta o quanto os aspectos arquitetônicos da Matriz chamaram a atenção dos avaliadores da edificação na época, inclusive qualificando a construção como um monumento. Ainda destacam que, apesar de ser a segunda igreja mais antiga do estado - a primeira a que se referem deve ser a basílica São Pedro de Rio Grande, teria a ultrapassado no valor arquitetônico.

Já na segunda folha, o relatório traz uma breve contextualização histórica da igreja, com a formação do povoado, onde é destacado o papel de Francisco Carvalho da Cunha na construção da primeira capela, algumas informações em relação à construção da segunda

edificação como, por exemplo, o material que utilizaram, a situação da Freguesia na época quando era a capital da província e o posterior declínio político e econômico. Essas descrições já constam nos textos do primeiro e segundo capítulo desta pesquisa.

Na terceira e última folha constante no relatório, foram inseridas dois parágrafos constantes nas notas de viagem de dois missionários franceses, August de Saint-Hilaire²¹, em *Viagem ao Rio Grande do Sul* e de Nicolau Dreys²², em “*Notícia Descritiva da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul*”.

Saint-Hilaire percorreu o Rio Grande do Sul entre os anos de 1820 e 1821, passando por diversas regiões, incluindo Porto Alegre e Viamão. No relatório Nº 4 está destacado o seguinte trecho de seus relatos²³:

"Viamão está encravada numa coxilha donde se descortina vasta extensão de campos levemente ondulados, no meio dos quais se levantam tufo de bosque. Embora desfrute agradável situação, foi ela quase abandonada depois da fundação de Porto Alegre, que está melhor posicionada para o comércio. Compõe-se, principalmente, de duas praças contíguas e de formato irregular; numa delas se ergue a igreja. Depois de São Paulo, ainda não conheci outra igual a essa. Possui duas torres, sendo bem conservada, muito limpa, clara e ornamentada com gosto. Pelas igrejas do Brasil pode-se julgar de quanto seria capaz este povo se os meios de sua instrução fossem multiplicados e tivessem alguns bons modelos para orientá-los"(SAINT-HILAIRE, 2002, p. 45).

O excerto escolhido para compor o relatório, além de observações sobre o povoado, demonstra a admiração de Saint-Hilaire com a matriz de Viamão, no qual a compara com igrejas da província de São Paulo e que, segundo o naturalista, não viu nenhuma outra que se igualasse com as de lá. Ele termina o parágrafo tecendo, de certa forma, uma crítica às construções religiosas no Brasil, talvez comparando com as europeias, pela falta de recursos e conhecimentos de arquitetura dos habitantes da colônia. No entanto, quero aqui explicitar o destaque que o naturalista reservou para a igreja de Viamão, seu encantamento com a edificação a ponto de sobrepô-la às demais igrejas da região sul.

No comentário de Dreys reproduzido no relatório, quero chamar a atenção para um pequeno trecho no qual o autor descreve seu encantamento com a Matriz de Viamão, segundo

²¹ Naturalista francês que percorreu várias regiões do Brasil no século XIX, entre os anos de 1816 e 1822, fazendo observações e coletando informações acerca das características naturais do país em relação a botânica, fauna e paisagens naturais. Em seus relatos também fez inúmeras observações em relação às vilas e povoados pelos quais passava, com detalhes sobre os costumes da população e construções edificadas.

²² Dreys foi um militar francês que viveu no Rio Grande do Sul, na vila de Rio Grande, nos anos 1820 e nesse período também percorreu algumas regiões do estado e reuniu suas observações de viagem em um livro que publicou em 1839. Neste período que passou na província visitou Viamão, incluindo suas impressões nos relatos.

²³ O trecho destacado no Relatório Nº 4 está em francês. Encontrei a tradução na publicação do Senado Federal - Coleção O Brasil Visto Por Estrangeiros - Viagem ao Rio Grande do Sul, por August Saint-Hilaire, página 45. A referência completa está no final do trabalho.

o qual poderia ofuscar outros templos da época, incluindo os de Porto Alegre, apesar de esta ser a capital da província:

“ (...) a verdade he que Viamão, reduzido aos termos da realidade, he, por ora, huma povoação quasi deserta que não guardou de seu usurpado renome senão sua situação alegre n'alto que domina o paiz até Porto-Alegre, e, sobre tudo, sua igreja, cujo frontispicio he, em razão do tempo e do local, hum notavel esforço da architectura religiosa, e que póde desafiar na comparação as outras igrejas da visinhança, sem se exceptuarem mesmo as da capital”.

No final da página tem inicio a descrição do estado de conservação do prédio, assim como dados sobre as reformas que haviam sido efetuadas recentemente, porém como já citado antes, pelo fato de o relatório estar incompleto não se tem mais informações sobre a igreja para aquele momento. No entanto, é notável o esforço do responsável (ou responsáveis) pelo relatório em colocar informações que pudessem validar um futuro processo de tombamento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, incluindo observações de tais viajantes no documento. Talvez por serem eles estrangeiros, a intenção parecia ser a de demonstrar a imponência da construção e sua singularidade na paisagem do sul, fazendo frente às outras igrejas do período, fato que chamava a atenção dos que por ali passavam para observá-la. O destaque, pelos trechos escolhidos para compor o relatório, que se concretiza nas palavras dos autores, se concentra nos traços arquitetônicos da construção.

O segundo documento trata-se da cópia de um conjunto de seis correspondências trocadas entre a diretoria do SPHAN e o arcebispado de Porto Alegre, referentes aos tombamentos da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, além das igrejas localizadas na capital, a Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário. As cartas enviadas demonstram que o inicio das negociações entre o órgão e a Igreja data de alguns meses antes do tombamento, sendo a primeira postagem do dia 16 de fevereiro de 1938, com a notificação do interesse do SPHAN na preservação desses prédios, baseando-se no Decreto nº 25 para justificar a intenção. No entanto, o corpo dessas correspondências não contém nenhuma informação de maior relevância para elucidar as razões do tombamento da igreja, seu conteúdo restringiu-se às formalidades entre as partes para encaminhar o pedido de inscrição no Livro Tombo.

Tanto o registro quanto a certidão de tombamento da Matriz de Viamão limitam-se a fornecer informações estritamente técnicas sobre o processo de salvaguarda do imóvel. O registro traz as características das três Igrejas mencionadas, e a parte correspondente a Viamão não passa de uma folha trazendo a seguinte descrição: processo nº 96, inscrição nº

184, fls 32 do Livro 3²⁴, datação de 20 de julho de 1938. Consta também que está incluído no tombamento todo o conjunto de arte sacra depositado no interior da igreja. Traz ainda os dados básicos de identificação, como o nome da paróquia e a qual arquidiocese pertence. Já a certidão de tombamento foi expedida no ano de 1985, provavelmente se tratando de algum procedimento de resgate e levantamento da documentação dos antigos bens salvos. Lembrando que nessa época o órgão recebia a denominação de Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e estava subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Além das mesmas descrições contidas no registro de tomo mencionado acima, nesta certidão há a caracterização da igreja como "arquitetura religiosa". Porém, com exceção deste, nenhum outro dado é fornecido sobre a motivação para o tombamento.

Ao fazer a análise da documentação levantada para o ensejo deste trabalho, pude observar que há uma escassez de informações referentes ao processo de tombamento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Entre pareceres técnicos com descrições sumárias, nota-se que não há uma justificativa declarada para a intervenção do SPHAN, muito menos em relação aos critérios utilizados para determinar o porquê desta igreja ser preservada. Dentre os dados apontados, considero as informações constantes no Relatório nº4 as que proporcionam uma maior noção dos critérios alegados pelos técnicos regionais para esta ação patrimonial. Ao chamar a atenção para o aspecto histórico da construção, ressaltando sua antiguidade, temos a valorização de um período importante da história do Rio Grande do Sul, o de sua constituição enquanto uma província do país. Neste caso, temos o núcleo de formação do povoado de Viamão e do qual deriva a formação da capital definitiva do estado, a cidade de Porto Alegre. E ao se tornar um bem a nível nacional, essa história passa também a pertencer a toda a nação.

Todavia, apesar de denotar o aspecto histórico, a principal característica destacada na composição do inventário, a meu ver, parece ser a natureza arquitetônica da construção, a qual seria até mesmo 'incomparável' perante outras obras eclesiásticas na região. O autor do relatório chega a destacar as considerações dos viajantes franceses Saint-Hilaire e Dreys - conforme vimos acima - no que tange a beleza da obra edificada, reafirmando sua singularidade na paisagem regional.

Neste sentido, me parece que o maior valor atribuído ao imóvel até aquele momento, justificando sua preservação, seria o arquitetônico em vez do histórico. Ao analisar o texto do Decreto-lei nº 25 poucas informações adicionais puderam ser levantadas. Entre os cinco

²⁴ O livro 3 corresponde ao Livro Tombo das Belas Artes.

capítulos constituintes do decreto, é o artigo primeiro que determinará quais objetos são passíveis de serem tombados:

"Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

No que tange aos Livros Tombo, no livro Histórico consta que devem ser preservados "as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica", enquanto que no Livro das Belas Artes, "as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira". As determinações do artigo 1º apelam para uma relação com aspectos históricos da nação, o que poderia justificar a inscrição da Matriz, levando em conta o período de sua construção. No entanto, o Livro de Belas Artes menciona apenas aspectos relacionados à arte, excluindo neste primeiro momento, o valor histórico que a Igreja carrega em si.

Nesta primeira tentativa de análise, podemos observar que as fontes acabam deixando uma lacuna ao não elucidarem de forma precisa quais os critérios utilizados pelo SPHAN para o tombamento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Pensando por outra via, nos primeiros anos de serviço do órgão os relatórios e inscrições de patrimônio provavelmente eram feitos de maneira simplificada, ou seja, não havia uma justificativa declarada para a ação, portanto as fichas de inscrições ou as certidões só traziam detalhes descritivos. A redação dos processos era construída de forma mais direta, não fornecendo maiores detalhamentos sobre critérios de seleção, como coloca Márcia Chuva (2009, p. 206): "Embora qualquer pessoa pudesse fazê-lo, as indicações, nesses primeiros anos de funcionamento do Spahan, partiram, basicamente, dos próprios agentes do órgão, não contendo, portanto, nos processos a motivação da indicação".

Diante desta situação, vou procurar preencher esta lacuna levantando algumas hipóteses a partir de um levantamento bibliográfico acerca dos primeiros anos de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.2 - A constituição do SPHAN e as ações patrimoniais

Como visto, o SPHAN foi idealizado nos primeiros anos do Governo Vargas, com a sua concretização já na vigência do Estado Novo, em 1937²⁵. A movimentação no sentido de

²⁵ Criado pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937

cultivar o patrimônio cultural brasileiro teve seus primeiros ensaios ainda no século XIX, com a criação dos órgãos de pesquisa pelo governo imperial, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional. Segundo Fernandes (2010), a instituição de organismos com o objetivo de preservar a memória nacional está estreitamente relacionada com a formação do Estado brasileiro, que iniciou seus primeiros passos com o incentivo, sobretudo, de Dom Pedro II. Durante os anos 1920 ocorreu a criação de diversos órgãos para proteção ao patrimônio histórico nos estados brasileiros, inclusive com a criação de legislações com essa intenção. No entanto, será no decorrer dos anos 30 que iniciativas com esse objetivo tomariam formas mais concretas. Esta iniciativa, na realidade, vinha a compor o que teóricos chamam de criação da "nação brasileira", onde os aspectos patrimoniais serviriam de elementos na constituição do novo Estado brasileiro depois da Revolução de 30 (Chuva, 2003 e 2009; Oliveira, 2008; Oliven, 2003). Como bem destaca Oliveira (2008, p. 114), os "chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação". Antes da implementação do Estado Novo, em 1934, já foram incluídos na constituição vigente artigos referentes à proteção de bens patrimoniais, assim como a criação da "Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais" (1934), ligadas à estrutura do Museu Histórico Nacional, sob a direção do historiador cearense Gustavo Barroso (Fernandes, *op. cit.*, p. 2).

O SPHAN, quando foi instituído, estava sob a divisão do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema, considerado um dos homens fortes do Governo Vargas que empreendeu um projeto de modernização da cultura nacional. Na concepção desse projeto, o interesse público deveria prevalecer sobre os interesses individuais, fosse na política ou fosse de uma forma simbólica,

"Foi este um dos caminhos em que se tornou possível promover o pensamento de unidade nacional, especialmente dentro do Estado Novo: era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador. Somente a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo. As práticas de preservação cultural foram inauguradas no Brasil no bojo desse projeto, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN, em 1937" (CHUVA, 2003, p. 313-314).

Na busca pelo processo de uma integração nacional nos primeiros anos do governo, ocorreu uma intensa procura pelas características que pudessem representar a ideia de nação, algo que identificasse os elementos constituintes da nacionalidade brasileira. Autores como Oliven (2003), vão caracterizar isso como a construção da "brasilidade", a formação de uma identidade ao país. Entre as diversas áreas a contribuir nesse intento, o SPHAN vai exercer

um papel relevante no sentido de buscar objetos passíveis de serem tombados e que significassem representações da cultura brasileira.

Entre o grupo de intelectuais que vão tomar a frente desse projeto temos Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e o arquiteto Lúcio Costa. Com exceção de Lúcio Costa, os dois primeiros são participantes do movimento modernista brasileiro e teriam uma grande importância na constituição da cultura no projeto do Estado Novo, tendo em comum a ideia de uma inserção do Brasil no mundo civilizado através da universalidade da cultura e da arte. Segundo Chuva (2003), o movimento modernista dos anos 1920 abrigou grupos de diferentes correntes de pensamento no qual uma seria predominante na composição dos quadros do SPHAN. Essas contradições acerca da diversidade das origens culturais brasileiras acabaram gerando diferentes "vias explicativas" sobre a identidade nacional, tendo como centro do debate a incorporação ou não dos regionalismos. "Para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade" (Idem, p. 315).

Na primeira fase do movimento modernista, nos anos 20, havia três correntes: o Manifesto Pau Brasil, encabeçada por Oswald de Andrade e presente na Semana de Arte Moderna de 1922; a 'verde-amarela', capitaneada por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, que entre uma de suas bandeiras defendiam um forte nacionalismo, baseado-se no indianismo como um de seus expoentes; e a Antropofágica, tendo como representantes Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Raul Bopp. Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade compartilhavam de uma mesma ideia sobre a cultura brasileira, especialmente no conceito de universalidade. Rodrigo Melo Franco de Andrade se identificou como parte de uma quarta corrente do modernismo, juntamente com outros nomes como Graça Aranha e Renato Almeida, estando mais associada com o início da Segunda Fase do modernismo, a partir de 1930 com as publicações de Drummond de Andrade consideradas como marco.

Rodrigo Melo Franco de Andrade confrontava diretamente a corrente Verde-amarela, se posicionando de forma contrária ao pensamento indigenista. Pelo contrário, defendia a busca da origem cultural brasileira na herança europeia, no caso a da colonizadora portuguesa. Um dos pontos em que buscava balizar sua ideia estava nos estilos de construções, onde para ele a edificação feita pelos colonizadores com predominância do estilo europeu superava as habitações indígenas, como na citação inserida no artigo de Chuva:

" ... injustificável [...] que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com nossos indígenas a erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na península. Nem se pode admitir que os colonos

européus se resignassem a utilizar por longos anos construções extremamente frágeis e toscas”²⁶ (CHUVA, 2003, p. 316).

Essa negação de Rodrigo Melo Franco de Andrade às origens indígenas brasileiras, poderia encontrar justificativa também no desejo de inserir o Brasil numa representação internacional no mundo da cultura, para garantir um pertencimento entre as nações modernas, como destaca Chuva (2003, p. 316), "numa espécie de diplomacia cultural por ele exercida". Rodrigo atuou no SPHAN desde a sua criação, de 1937 até 1967, quando se aposentou do cargo.

O trabalho do escritor Carlos Drummond de Andrade no SPHAN vai seguir a mesma linha de pensamento, representando as ideias expostas acima, especialmente a universalidade da arte. Apesar de não trabalhar diretamente no *Serviço* logo de sua criação, já que atuava na pasta da Educação e Saúde junto de Capanema, sua influência também foi determinante para as concepções sobre o patrimônio. Neste sentido havia uma preocupação "com um provincianismo que limitava as possibilidades de inserção no quadro internacional, às ideias as quais se alinhava Drummond vinculavam-se a uma matriz iluminista e racionalista do pensamento" (Chuva, 2003, p. 316-317). Essa posição gerou, inclusive, um embate ideológico com outro poeta e escritor que também atuou no SPHAN, Mário de Andrade.

Também partícipe da corrente modernista, Mário de Andrade defendia outra linha de pensamento no que concerne ao projeto de formação da nacionalidade, ao valorizar os regionalismos e a diversidade cultural, ao invés de um monopólio de uma só perspectiva: "Este pretendia encontrar categorias classificadoras que, através do conhecimento, pudessem enquadrar a cultura brasileira múltipla e plural. Sustentava a crença no valor da diversidade cultural brasileira que, reunida ou amalgamada, faria uma nova síntese", conclui Chuva (Idem), o que colocaria os dois poetas, assim como os dois projetos, em oposição. Drummond defendia o enquadramento do passado histórico brasileiro nas categorias internacionais e numa classificação tradicional da história da arte. No SPHAN, após o fim do governo Vargas, o escritor trabalhou junto à Diretoria de Estudos e Tombamento, sendo o responsável pelas inscrições no Livro Tombo dos bens que eram escolhidos para a salvaguarda.

Na idealização do SPHAN, a arquitetura ganharia uma grande notoriedade nos serviços de pesquisa e levantamento de imóveis para o processo de patrimonialização, sendo este setor responsável pela maior parte de tombamentos na época e mesmo nos dias de hoje. E

²⁶ Andrade, Rodrigo Melo Franco de. "Plínio Salgado; a anta e o curupira". Revista do Brasil, Rio de Janeiro, ano 1, v.9, 15/01/1927. In: *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 123.

este status seria galgado pela participação determinante de Lúcio Costa a frente dos serviços de salvaguarda e restauro nos quadros do órgão. Ao lado de Rodrigo Melo Franco de Andrade, chefiou a Divisão de Estudos e Tombamentos desde 1937 e foi o braço direito do diretor por muitos anos. Mesmo não fazendo parte do movimento modernista, Lúcia Costa compartilhava do mesmo ideal que os demais intelectuais envolvidos, sendo um dos precursores do modernismo na arquitetura e o qual também tinha essa perspectiva universalista da arte e da cultura. Tendo trabalhado em outros locais e participado de concursos na área da arquitetura, Lúcio Costa ganhou notoriedade e apoio de Capanema, que o incluiu e confiou a frente de inúmeros projetos no governo. O arquiteto, inclusive, foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento e profissionalização da arquitetura no Brasil, pois sob sua influência cresceram os cursos universitários pelo país nos anos seguintes ao da criação do SPHAN.

Sua atuação no *Serviço* foi determinante para o plano de desenvolvimento do setor. "Para Lucio Costa, a arquitetura daria materialidade à nação, e seria esta a função primordial do SPHAN – dar concretude à nação, não somente desvendando a todos os brasileiros aquilo que, embora existente, se encontrava escondido, mas, também, construindo efetivamente essa materialidade" (CHUVA, 2003, 320). Ao assumir o cargo, Costa viria a inaugurar um novo tempo para a arquitetura brasileira, que seria ao mesmo tempo 'moderna' e herdeira da 'boa tradição' do passado, construindo desse modo, uma ponte entre os estilos arquitetônicos, o qual procurou resgatar através das seleções de tombamento. Essas ideias todas poderiam ser sintetizadas nas publicações da Revista do Patrimônio, publicação vinculada ao SPHAN que, denominada como a "menina dos olhos" de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seguia uma linha editorial no sentido de valorizar essa escalada da arte brasileira e inseri-la nos circuitos internacionais.

Desde esse período, o setor da arquitetura marcou seu espaço de maneira predominante frente às outras áreas culturais, mesmo que o Serviço contasse com a presença de profissionais diversos em seu quadro. A última palavra sobre qualquer dúvida em relação a algum processo de tombamento, seria dada por Lúcio Costa. Nesse cenário, o ofício do historiador quase não ganhava espaço, ficando limitado à produção discursiva, já que para Costa, os historiadores não possuíam a objetividade necessária para as tomadas de decisão nos processos de tombamento, conforme exposto²⁷

²⁷ Carta de Ayrton de Carvalho a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 27 de mar. 1941 (ACI-SO 343).

"Contudo, não é necessário, nem mesmo talvez aconselhável, o recurso exclusivo a historiadores de profissão, uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição. Pode-se recorrer com proveito a estudantes universitários em período de férias e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo" (CHUVA, 2009, p. 205).

Juntamente ao SPHAN foi criado também um Conselho Consultivo, formado por intelectuais de diferentes áreas, entre escritores, diretores de museus, antropólogos, e artistas. O Conselho era presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e a entre as atribuições, estava a de também opinar nos relatórios de tombamento. Mesmo que tivesse apenas um membro que era arquiteto, o setor demonstrava também sua força e influência nas decisões do Conselho. Entre os membros, apesar de serem formados em outras áreas como o direito, muitos a História como interesse e ocupação predominante (Neto, 2017, p. 2). No entanto, isso parece não ter influenciado para que a história ocupasse maior destaque na análise dos processos de patrimonialização.

O campo do patrimônio no Brasil buscava confirmar uma história oficial, promovida por uma elite econômica que buscava contar uma história através de um viés político. A escolha do que viria a compor o cenário do patrimônio teve pouca participação dos historiadores, fruto de um processo político e ideológico que atendiam interesses dos grupos mais influentes. Para Guillen (2014, p. 642) esta visão permite a construção de políticas culturais patrimonialistas e a invenção de objetos aptos para se tornarem um patrimônio cultural. Por muitos anos os historiadores iriam ocupar uma posição de marginalidade dentro do IPHAN, sendo que somente nas últimas décadas, começaram a angariar maiores espaços dentro do órgão, especialmente na área do patrimônio imaterial, tendo em vista o crescimento dos movimentos sociais no período que trouxeram novas questões também para área cultural. Segundo a autora, o "patrimônio é um *locus* para o qual afluem práticas e representações que encontram correspondência em diversas políticas públicas, consubstanciadas em instituições que objetivam preservar e/ou mesmo instituir o que é patrimônio, a exemplo do próprio IPHAN e de diversos museus" (Idem, p. 641).

3.3 - O protagonismo do barroco e a participação de Augusto Meyer na preservação patrimonial

Em seus primeiros tempos, as ações de preservação do patrimônio nacional foram pautadas por uma concepção de política cultural baseada principalmente nas edificações, o

que mais tarde ganharia a denominação de "pedra e cal". Este aspecto também é destacado por Clara Emília Malhano (2002), quem traz a concepção da "monumentalidade" nas políticas de intervenção. Segundo a autora, essa premissa vem a demonstrar a importância que os conjuntos de bens imóveis tinham nos projetos do órgão, acima de outros elementos. Em uma pesquisa estatística sobre os tombamentos efetuada por Chuva (2009, p. 206), os processos de bens arquitetônicos no período representavam um total de 93,76%, enquanto os tombos de outras naturezas constituíam apenas 6,24%. A arquitetura ditava, desse modo, todo o trabalho realizado pelo SPHAN em seus primeiros anos.

Dentro da perspectiva dos arquitetos da época, um elemento bastante representativo da cultura brasileira, buscando a ideia de originalidade, seria o estilo barroco. Em um congresso realizado no ano de 1981, realizado na cidade de Ouro Preto, intitulado "Congresso do Barroco no Brasil – Arquitetura e Artes Plásticas", Afonso Ávila²⁸ dizia na conferência de abertura que o barroco brasileiro era como um “vínculo de civilização que nos irmana aos povos do Ocidente”. Ainda no discurso da conferência fazia uma relação entre Aleijadinho e Oscar Niemayer, como se tratasse de uma ponte entre o passado barroco e o presente modernista na arquitetura, "ligando passado e presente, igualmente comunicam ao mundo, sem perda da individualidade nacional, uma perene universalidade de nossa arte, de nossa cultura"²⁹. Essa premissa evidencia a importância da arquitetura do estilo barroco no Brasil como um elo que ligava o Brasil ao continente europeu desde sua colonização, sendo um dos princípios norteadores para os primeiros anos de trabalho do SPHAN, como já explicitado no corpo de texto do subcapítulo acima. Essa concepção deixava transparecer que havia uma busca por elementos que relacionasse o Brasil à cultura ocidental, que construísse uma noção de pertencimento e “foi talvez a mais significativa na configuração que tomou o processo de invenção de um “patrimônio nacional” no Brasil (Chuva, 2003, p. 313)”.

Ao valorizar a arquitetura barroca os técnicos atribuíam um grande valor histórico aos séculos XVI, XVII e ao XVIII, momento que seria considerado como o fundador da nação brasileira. O barroco exercia uma prioridade ante os outros estilos, havendo até certa hierarquia, onde na sequência viria o neoclássico, o moderno e por último, o eclético.

Ao analisarmos as inscrições nos Livros Tombos, até hoje o de maior número é o Livro de Belas Artes. Essa hegemonia demonstra também a orientação empregada pelo Serviço na enumeração de bens "patrimoniáveis". Segundo nos expõe Chuva (2009, p. 215), o

²⁸ Afonso Ávila foi poeta, pesquisador e crítico literário, seu trabalho foi bastante pautado no barroco mineiro.

²⁹ Estas informações estão contidas no artigo de Márcia Chuva (2003). Referência: Ávila, Afonso. “Saudação aos Congressistas”. Barroco. nº 12, Belo Horizonte, 1982 IN: CHUVA, Márcia. 2003

Livro das Belas Artes se ocupava dos bens considerados como obras de arte, obras autênticas da nação brasileira. Era reservado aos bens considerados monumentais, que ficavam localizados em sua maioria nos centros urbanos das antigas cidades coloniais. Estes critérios serviriam ainda para "secundarizar o "valor histórico", utilizado como compensação à ausência de valor artístico "puro", ou para caracterizar a excepcionalidade, que definia o conceito de obra de arte". Adjetivos como "autêntico" e "genuíno" também comporiam os critérios de classificação. As igrejas setecentistas, especialmente as mineiras, viriam a simbolizar todo esse ideal das edificações.

Essa supervalorização foi muito bem colocada por Chuva (2009, p. 215) ao interpretar a posição de Lúcio Costa frente ao serviço de tombamento, para quem o patrimônio nacional era constituído por "obras de arte", como é explicado a seguir: "A arquitetura colonial nomeava a nação e, segundo essa mesma concepção, teria havido uma ruptura da produção arquitetônica, em fins do século XIX e começo do século XX, interrompendo a produção daquelas *obras de arte*". Neste sentido, Lúcio Costa estabeleceu uma classificação para subdividir os períodos do barroco no Brasil, tendo em vista que o arquiteto não o considerava simplesmente um estilo, mas como todo um sistema: a 1ª fase corresponde ao classicismo barroco, cujo período abrange do final do século XVI à primeira metade do século XVII, sendo o estilo importado de Portugal; a 2ª fase, romanicismo barroco, da segunda metade do século XVII até os princípios do século XVIII; a 3ª fase, denominada de goticismo barroco, situa-se no início até a metade do século XVIII; e por fim, a 4ª fase, o renascimento barroco, da segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, no qual foi enquadrada a matriz de Viamão.

A maior parte das ações do SPHAN no seu primeiro ano de existência foi o de fazer um levantamento a nível nacional dessas construções, principalmente as pertencentes a este estilo. Os técnicos pretendiam com isso salvaguardar o maior número de imóveis possíveis para a preservação, pois o ato do tombamento de um imóvel destituiu o proprietário de fazer qualquer intervenção no prédio que possa ameaçar sua integridade.

Assim, os técnicos empreenderam uma corrida a fim de preservar estas obras. Calcula-se que em torno de 40% dos imóveis tombados correspondem aos primeiros anos de trabalho do órgão, o que lhe prestaria a denominação de "fase heróica". O conjunto de arquitetura barroca das cidades históricas de Minas Gerais foi a grande "menina dos olhos" para os primeiros profissionais do SPHAN, quem empreenderam diversas ações para registrar esses imóveis, entre casarões e igrejas. Porém, ao verem que a maioria dos tombamentos se dava nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, houve a necessidade de estender a

pesquisa também aos outros estados, ficando a cargo das representações regionais. Interessante ressaltar que os critérios seguidos para os outros Livros Tombo possuíam algumas diferenciações. Havia uma classificação dupla de bens que eram escritos tanto no Livro das Belas Artes, quanto no Histórico, os quais conjugariam tanto o critério artístico com o seu valor histórico, porém esses eram destinados aos imóveis que estavam situados fora do eixo de maior interesse do SPHAN, os estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, as chamadas regiões periféricas. Já o Livro Histórico, foi destinado a obras que guardavam a memória de personagens históricos para a nação, como 'A Casa de Ana Néri', trazendo também a ideia de repetição, com exemplares que pertenciam a séries históricas, seguindo uma linha de antiguidade e mesmo não apresentando dotes artísticos. As igrejas, a princípio, pertenciam a este último Livro Tombo, tendo em vista o caráter de sua antiguidade (Idem, p. 216).

No Rio Grande do Sul, ainda em 1937, o responsável pelas pesquisas e inventários de bens foi Augusto Meyer, que na época era diretor da Biblioteca Pública do Estado. De acordo com Ana Lúcia Goelzer Meira (2008, p. 222), a princípio Meyer fazia as pesquisas atendendo a um pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A apresentação dos dois foi mediada por Mário de Andrade, tendo em vista que Meyer também era escritor. Sua primeira tarefa foi a de realizar o registro fotográfico de obras arquitetônicas que mereciam preservação, ou que precisassem de reformas.

Ainda faltavam alguns meses para o Decreto nº 25 ser sancionado, porém os trabalhos na área patrimonial já se pautavam seguindo os critérios presentes nele. Em novembro de 1937, com a eminência da promulgação do decreto, foi pedida certa urgência no levantamento dos bens, para elaborar "uma relação tão completa quanto possível dos monumentos de valor histórico e artísticos situados no Rio Grande do Sul que Meyer julgasse merecedores de tombamento" (Idem, p. 234). Assim, o primeiro bem a ser tombado no estado foram as Ruínas de São Miguel, em maio de 1938, primeiramente no Livro Histórico, porém mais tarde este também integrou o Livro das Belas Artes, demonstrando a valorização do seu caráter estético. As construções jesuíticas seriam outro grande alvo de interesse do SPHAN naquele período, além das cidades mineiras como já mencionado.

No estado, Meyer deu prioridade a bens relacionados às obras jesuíticas e também à Guerra dos Farrapos, pois esta última era considerada um marco na história gaúcha. Elementos da arquitetura popular ou militar poderiam ser contemplados desde que tivessem alguma representação histórica. Esses regramentos fizeram com que poucos bens fossem tombados naqueles anos. Os inventários enviados pelos representantes regionais eram

avaliados na Divisão de Estudos e Tombamentos na sede do SPHAN, no Rio de Janeiro, de onde seus técnicos avaliavam quais seriam mais interessantes preservar. Com essa informação, é quase certo supor que Meyer foi o responsável pelas informações contidas no Relatório N° 4 ao fazer o levantamento dos imóveis na região a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Para Meira, no caso da Matriz de Viamão, a sugestão de tombamento fora pautada por motivações históricas, já que era a segunda igreja do estado em antiguidade, e também pelo seu valor estético, ao possuir uma arquitetura que a destacava perante as outras igrejas. No entanto, o critério de antiguidade fora desprezado e ela foi inscrita somente no Tombo das Belas Artes, o que era comum à maioria das Igrejas preservadas.

Muitos foram os conflitos entre o SPHAN e a arquidiocese de Porto Alegre, no qual esta última veio a contestar as notificações de tombamento alegando motivos variados. Um exemplo disso é o caso da antiga Igreja do Rosário, na capital, que após ter ocorrido o tombamento pelo SPHAN, o então arcebispo Dom João Becker conseguiu reverter o processo alegando o mau estado de conservação da igreja, que foi 'destombada' em 1941, sendo demolida na sequência para a construção do atual prédio³⁰. O tombamento da Matriz São Pedro de Rio Grande também foi motivo de contestação pela Igreja, que justificava a ação alegando que o templo não representava nenhuma excepcionalidade para ser preservada. Este ato provocou uma imposição mais direta de Meyer, que escreveu uma carta ao SPHAN declarando a necessidade de preservar a Matriz de Rio Grande, alegando que a própria história do Rio Grande do Sul sofria a ameaça do esquecimento perante essas negações. Em um trecho da carta ele menciona também a importância da Matriz de Viamão, onde reproduzo aqui um excerto:

"Excetuando-se a zona missioneira, onde o valor de arte se sobrepõe ao alto valor histórico, pouco ou quase nada apresenta o Rio Grande do Sul indiscutivelmente digna de tombamento. Entre esse "pouco ou nada", avultam pela sua relativa importância, dentro do quadro de arquitetura religiosa, a Matriz de São Pedro na cidade de Rio Grande, e a de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, derradeiros documentos ainda impregnados de passado, na terra gaúcha. Parece-me que não seja necessária outra justificativa, para inclusão no Livro do Tombo. É o próprio tombamento do Estado do Rio Grande do Sul que se acha, então, em jogo"³¹.

Augusto Meyer teria dito ainda, que poderia até abrir mão das igrejas de Porto Alegre, porém não da basílica de Rio Grande e nem da matriz de Viamão, por serem estas

³⁰ A situação da antiga Igreja do Rosário pode ser vista no trabalho de conclusão de Thaís Tanccini : TANCCINI, Thaís. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre: entre a destruição e a preservação patrimonial. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFRGS, 2008.

³¹ Parecer de Augusto Meyer datado de 21 de março de 1938, pertencente ao Arquivo Noronha Santos. Disponível em MEIRA op. cit., p. 239.

representantes das duas primeiras capitais da província. Apesar do discurso depreciativo de Meyer em relação ao patrimônio do Rio Grande do Sul, onde questiona se as ações do SPHAN teriam motivo para se estender até o estado, esta iniciativa teve resultado e o órgão nacional decidiu por manter o tombamento das igrejas, mesmo as de Rio Grande e do Rosário, apesar de todo o processo que foi movido depois para destituir o tombamento desta última.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho almejei fazer um esforço para entender como se deu o processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Conceição e sua preservação como um bem patrimonial a nível nacional. No primeiro capítulo fiz uma revisão sobre a formação dos Campos de Viamão, desde seus primeiros povoadores originários, até a exploração pelos povos luso-brasileiros e sua paulatina colonização do território. A constituição da freguesia quando a paróquia ganha a autonomia necessária para formalizar a vida do povoamento e as relações sociais que foram permeadas no arraial. Também discorri sobre a constituição das Irmandades religiosas, na qual procurei trazer um panorama das sociabilidades que ocorriam por ocasião da matriz. No segundo capítulo busquei os detalhes sobre a construção da igreja, desde a construção da primeira capela no terreno cedido, até a edificação do prédio atual, com sua arquitetura grandiosa. E no terceiro capítulo, procurei evidenciar os resultados de minha pesquisa a partir da análise dos documentos relativos ao processo de tombamento e o levantamento do histórico de criação do órgão. Diante de todo o quadro exposto acima, me permito aqui considerar algumas hipóteses que poderiam ter justificado o processo de patrimonialização da matriz.

As primeiras impressões ao ler os documentos disponibilizados pelo Iphan denotam uma grande valorização de seus aspectos arquitetônicos, já que os textos registram inúmeras vezes as características da construção, tecendo elogios diversos como monumental, grandiosidade, singularidade, entre outros, o que a colocaria em um nível acima das outras igrejas da região de Porto Alegre. Ao buscar amparo no levantamento bibliográfico sobre a criação do SPHAN, especialmente no trabalho de Márcia Chuva, pude inferir algumas suposições sobre como foi constituída esta ação do órgão.

Em primeiro lugar, claro está que o fato de ela ser uma obra arquitetônica de relevância certamente contribuiu sobremaneira para sua salvaguarda, visto toda a discussão acima sobre a posição de destaque ocupada pela arquitetura nos anos iniciais de atuação do Serviço. Provavelmente pelo seu estilo estar enquadrado nas classificações do barroco tenha chamado a atenção dos técnicos da Divisão de Estudos e Tombamentos. Sendo ela representante do estilo barroco, estava então inserida na concepção de patrimônio idealizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, pois apesar de sua arquitetura apresentar

feições mais simples, tendo em vista o contexto, ainda representa os ideais de 'beleza e arte' constituinte da universalidade cultural buscada por esses intelectuais.

No entanto, não podemos desassociar os critérios de intervenção da Igreja de um viés histórico, pois pelo ato de tombamento da Matriz não foi apenas sua arquitetura que fora preservada, mas também a história da formação dos Campos de Viamão, da freguesia, da atual capital Porto Alegre e uma parte da região metropolitana. Ao contemplar as edificações do período barroco, são os primeiros colonizadores os homenageados, sua trajetória na povoação do Continente de São Pedro, a exemplo de outras regiões brasileiras.

Considero que Augusto Meyer teve uma importância determinante em todo esse processo ao selecionar, segundo os critérios que achou pertinente, a Matriz como um bem passível de ser tombado. Pelo valor histórico da construção, havia uma grande possibilidade de ela ser inventariada em outro momento pelo instituto que não em 1938, mas o fato de ela ter sido tombada já no primeiro ano de trabalho denota sua importância como um patrimônio cultural, e não somente por seus aspectos estéticos. Meyer fez questão de frisar, mesmo com sua visão crítica do processo, que a igreja de Viamão, juntamente a de Rio Grande, representava a formação do estado, pois o que estava em jogo era "o próprio tombamento do Rio Grande do Sul".

Por outro lado, o fato de os historiadores terem sido subjugados dentro dos quadros da divisão do SPHAN, nos seus tempos iniciais, também pode ter sido determinante nos rumos que nortearam os processos de tombamento empreendidos pelo órgão. Se os critérios históricos tivessem sido mais valorizados, talvez a constituição do conceito de patrimônio histórico no Brasil tivesse outra face, caso o passado indígena e mesmo africano recebessem uma maior atenção naquele momento. Porém ao supervalorizarem o passado colonial, a herança europeia passou a ser o sinônimo da tal 'brasilidade' ou da identidade nacional forjada no Estado Novo.

Na introdução do clássico 'A alegoria do patrimônio', Choay (2006, p. 11) define a expressão patrimônio histórico como "um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum". O autor também lembra a origem do termo patrimônio relacionado a herança, algo que passa de geração a geração, apesar de se tratar de um conceito nômade. Também discorre sobre a constituição do termo monumento ligado ao patrimônio histórico, representado sobretudo pelas edificações e os valores atribuídos a elas. Esses termos foram aplicados, segundo os documentos analisados, à Matriz viamonense, o que me fez pensar sobre a pergunta que elaborei na introdução deste trabalho,

procurando entender de quem fora a iniciativa para o tombamento da Igreja. Neste caso, não foi uma ação da comunidade, já que está bem claro que se tratou de uma iniciativa pontual dos técnicos do SPHAN. No entanto, não deixo de pensar sobre qual a visão que os cidadãos viamonenses possuem sobre a Igreja, se reconhecem nela algum traço dessa herança que relaciona o universo do patrimônio histórico, sendo ela representante de um passado que dista quase trezentos anos e pertencente a um determinado grupo da sociedade...

Assim, este trabalho procurou cumprir a proposição de investigar as características da Matriz que chamaram a atenção dos técnicos do SPHAN ao ponto de preservarem sua construção e ao mesmo tempo, sua memória. Espero que este trabalho tenha contribuído para um melhor entendimento sobre a própria Igreja e também no que se refere aos processos de patrimonialização no contexto brasileiro do Estado Novo. Segundo Maria Cecília Fonseca, investigar os processos de constituição de bens patrimoniais "são importantes, na medida em que procuram desvendar o modo como determinados intelectuais, através do Estado, concebem a 'identidade nacional'"³². O campo do patrimônio histórico cultural é permeado por interesses e disputas políticas, assim como demais áreas da sociedade, em que certas escolhas vão determinar os elementos que preservarão e contarão uma parte da nossa história.

³² FONSECA, Maria Cecília, 1997 apud TANCCINI, 2008, p. 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Maria Cláudia Machado. A colonização açoriana nos Campos de Viamão e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão- Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 143-156, 2008.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, 2008, 1455 p.

_____. O tropeirismo e os Campos de Viamão. IN: IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 167-172, 2008.

_____. Viamão e sua legislação (1741-1962). IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 278-280, 2008.

BORGES, Rejane de Azevedo. Os registros paroquiais na América Portuguesa: um instrumento religioso de controle jurídico. *Anais do XIII encontro de História Anpuh-Rio: Identidades*, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212701004_ARQUIVO_Osregistro_sparoquiaisnaAmericaportuguesa-REJANEDEAZEVEDOBORGES.pdf . Último acesso em 27 de novembro de 2018.

BRASIL, Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937.

CARVALHO, Antônio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST* - vol. 4 no 1 – 2011 p 117-126

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, 288p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez, p. 313-333, 2003.

_____. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Anais do Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Último acesso em 25 de novembro de 2018.

FLORES, Moacyr. A Vila Setembrina na Guerra Civil dos Farrapos. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 218-221, 2008.

_____. Igreja Matriz de Viamão. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, 2008, p. 1067- 1072.

FRANZEN, Renato. Os Campos de Viamão: seus primeiros sesmeiros. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, 2008, p. 113-129

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e memória: reflexões sobre o papel do historiador. In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. - 3. ed. ampl. - Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. 152 p.

_____. Os Campos de Viamão: uma fronteira do Império Luso-Brasileiro. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, 2008, p. 84-112

_____. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos* 14(2):121-134, Maio/Agosto de 2010

_____. *Gente da Fronteira: família e poder no continente de Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo:Oikos, 2014.

MALHANO, Clara Emília S. M. de Barros. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MASSULO, Luciano da Costa. A origem da paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Viamão. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 1073-1083, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese (Doutorado em arquitetura), Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008, 483 p.

NETO, Jamile Silva. Atuação, posição e ocupação dos intelectuais no SPHAN e no IHGB (1938-1966). *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos, História e democracia*. Brasília, de 24 a 28 de julho de 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502825193_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2017.pdf . Último acesso em 28 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEN, Ruben. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 80-83

PASSOS, Marilise Moscardini dos. "**Professora, os Guarani eram índios?**": apontamentos sobre o ensino de pré-história em Viamão, RS. Trabalho de Conclusão em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 49 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. **Viagem ao Rio Grande do Sul**; tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 578 p.

WEIMER, Gunter. A Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão: sua arquitetura, seu arquiteto e sua imaginária. IN: BARROSO, Véra Lucia Maciel (ORG.). **Raízes de Viamão - Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA- EST, p. 1083-1100, 2008.